

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**JULIANA MACEDO DE LIMA**

**OS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO SUL DIANTE DA ESTABILIDADE  
ELEITORAL  
1982-2010**

**São Borja  
2014**

**JULIANA MACEDO DE LIMA**

**OS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO SUL DIANTE DA ESTABILIDADE  
ELEITORAL  
1982-2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

**São Borja  
2014**

**JULIANA MACEDO DE LIMA**

**OS PARTIDOS NO RIO GRANDE DO SUL DIANTE DA ESTABILIDADE  
ELEITORAL  
1982-2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 17 de março de 2014.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Ângela Quintanilha Gomes  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Davide Carbonai  
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a Deus, pela fé a força, a minha mãe Elisabete, que graças ao seu apoio e amor conquisto esta vitória e ao grande mestre Prof. Dr. Ronaldo, que me ensinou coisas sobre a academia e sobre a vida que levarei eternamente comigo.

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a minha mãe Elisabete, aos meus irmãos Jéssica e Alexandre pelo carinho, atenção e apoio, pela compreensão que tiveram pela minha ausência e os abraços saudosos em cada chegada e partida, apesar da distancia estivemos sempre unidos, apesar de todos os acontecimentos, nos mantivemos juntos, do nosso jeito especial de ser família, jeito único. Também agradeço a toda minha família, pela confiança e pelo amor, em especial minha prima Claudia Cassiano e meus padrinhos Manoel e Eurides Cassiano.

A minha amiga de infância Daniele Franco, meu sincero obrigado, você foi imprescindível, apesar da distância sua amizade foi e é um dos meus maiores tesouros. Um especial obrigado ao Cursinho Comunitário Pimentas, Mizael Carvalho, Daniel Galindo, Franciele Alves, Cristiane Galdino, Rafael Alcântara e ao professor Rômulo Ornelas, sem sombra de dúvidas fazem parte desta conquista.

Com enorme carinho agradeço aos amigos que fiz e que me acompanharam nesta jornada e que fizeram parte de um dos momentos mais importantes e memoráveis da minha vida, em São Borja cresci como pessoa, como acadêmica e como profissional, e foi com vocês Danilo Pedro, Lorraine Inácio, Thiago Andrade, Charles Hoepner, Maíze Luz, Leonardo Marion, Suelen Andrade, Lucas Lencine, Sandro Silva, Beatriz Montalvão, Fernanda Schmokel e Caroline Miranda, Vinicius Ribas, que vivi momentos inesquecíveis, tanto ruins quanto bons, mas que me marcaram pelo carinho e apoio recíproco.

Agradeço aos professores do curso de Ciências Sociais – Ciência Política, em especial a prof. Dra. Ângela Quitanilha, prof. Dr. Davide Carbonai, profa. Dra. Lisianne Sabedra, prof. Dr. Sávio Azevedo e prof. Dr. Edson Paniagua, que dividiram comigo seu conhecimento, me dando a cada dia, a cada aula, a cada conversa, a certeza de que eu estava no caminho certo. Meu sincero obrigado.

E por fim, um especial obrigado a você querido e eterno mestre Prof. Dr. Ronaldo Colvero, os anos de bolsista e aluna me são valiosos, carrego muitas lições, a amizade levarei comigo onde eu for você me ajudou a trilhar e me estendeu a mão quando precisei, não sabes da imensa importância que tens para mim.

Cada um contribuiu de uma forma especial, seja com ajuda, seja pelos ombros e ouvidos, seja pelos abraços e sorrisos, certamente sem vocês, não seria a pessoa que sou e este trabalho não seria possível.

“[...] têm consciência de que as revoluções não são feitas premeditadamente e arbitrariamente, sendo, antes, em todas as partes, uma consequência necessária de circunstâncias independentes da vontade e da direção de partidos ou classes.”

Friedrich Engels

## RESUMO

Este trabalho analisa os partidos no Rio Grande do Sul através das eleições para governador de 1982 a 2010, observando as votações nas sete mesorregiões do Estado. Em conjunto analisamos como a modernidade socioeconômica, de acordo com o trabalho desenvolvido por Putnam, interfere no processo de decisão dos eleitores utilizando a Teoria da Escolha Racional formulada por Antony Downs em 1952. Considerando o desempenho dos partidos nas eleições, verificamos se ainda é pertinente a teoria de que o Estado gaúcho possui, como denominado por inúmeros autores, uma “peculiaridade” eleitoral, devido à estabilidade política dos partidos no estado pela sua trajetória histórica e cultural, intensamente vivida antes da ditadura de 1964 ou se após a reabertura democrática o cenário político, até então estável, se modificou, observando também se ainda é presente a tradição política no Estado. A geografia eleitoral será a metodologia utilizada, para conferirmos como os partidos se distribuem pelo estado e as principais características regionais.

Palavras-Chave: Rio Grande do Sul, partido político, geografia eleitoral.

## **ABSTRACT**

This term paper analyzes the parties in Rio Grande do Sul through elections for governor from 1982 to 2010, noting the vote in seven mesoregions state. Jointly we analyzes how the socioeconomic modernity in keeping with the job desenvolved by Putnam interferences on decision process of voters using the Rational Choice Theory formulated by Anthony Downs at 1952. Considering the parties performance in elections, we verified if it is still relevant a whereof the theory of the Gaucho State has as we named by inumerous authors, a electoral "peculiarity" due to the political stability of the parties in the state for your historic and cultural trajectory, intensely lived before 1964 dictatorship or after the democratic reopening the political scenario so far stable has changed also noting if still is present the political tradition in the state. The electoral geography will be the methodology applied to check how the parties are distributed through state and the main characteristics.

Keywords: Rio Grande do Sul, political party, electoral geography

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ramificação partidária a partir de 1979 .....	20
Tabela 1– Deputados Federais 1982 - 2006 .....	24
Figura 2 – Ramificação partidária até 2010.....	25
Tabela 2 – Eleições estaduais no RS .....	26
Tabela 3 – Mesorregiões do RS.....	32
Figura 3 – Eleições a governador RS – 1982 .....	32
Figura 4 – Eleições a governador RS – 1986 .....	33
Figura 5 – Eleições a governador RS – 1990 .....	35
Figura 6 – Eleições a governador RS – 1994 .....	36
Figura 7 – Eleições a governador RS – 1998 .....	37
Figura 8 – Eleições a governador RS – 2002 .....	38
Figura 9 – Eleições a governador RS – 2006 .....	40
Figura 10 – Eleições a governador RS – 2010 .....	41
Tabela 4 – Ordem de governadores .....	44
Figura 11 – Comparativo de desempenho –1980 .....	46
Figura 12 – Comparativo de desempenho – 1990 .....	47
Figura 13 – Comparativo de desempenho – 2000 .....	48
Tabela 5 – Regiões de domínio dos partidos .....	51
Figura 14 – Modelo causal de desconfiança .....	54

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa e tecnologia  
DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MTR – Movimento Trabalhista Renovador  
PCB – Partido Comunista do Brasil  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCO – Partido da Causa Operária  
PDC – Partido Democrático Cristão  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PHS – Partido Humanista da Solidariedade  
PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica  
PL – Partido Libertador  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PP – Partido Popular  
PP – Partido Progressista  
PPB – Partido Progressista Brasileiro  
PPC – Partido Progressista Cristão  
PPR – Partido Progressista Reformador  
PPS – Partido Popular Socialista  
PRL – Partido Republicano Liberal  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional  
PRP – Partido da Representação Popular  
PRR – Partido Republicano Rio-Grandense  
PSB – Partido Socialista do Brasil  
PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democracia  
PSDB – Partido Social Democracia Brasileira  
PSDC – Partido Social Democrata Cristão  
PSOL – Partido Socialismo Liberdade  
PSP – Partido Social Progressista  
PSTU – Partido Socialista Trabalhadores Unificados  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTC – Partido Trabalhista Comunitário  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
PV – Partido Verde  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. A TRAJETÓRIA DOS PARTIDOS NO BRASIL .....	17
2.1 O sistema partidário pós 1979 .....	17
2.2 A reformulação partidária .....	19
2.3 Os partidos no Rio Grande do Sul .....	24
3. AS ELEIÇÕES .....	29
3.1 O desempenho dos partidos nas eleições de 1982 a 2010: um comparativo .....	31
3.2 O desempenho dos governos e a Escolha Racional .....	40
3.3 Análise de conjuntura no Rio Grande do Sul .....	42
3.4 Voto personalizado ou voto de legenda? .....	47
3.5 Os partidos e a geografia eleitoral .....	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
REFERÊNCIAS .....	53
APÊNDICES .....	55

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso propõe o estudo sobre o sistema partidário no Rio Grande do Sul, no período que compreende de 1982 a 2010. A escolha deste tema se deve a dois aspectos, o primeiro devido a estabilidade eleitoral notada no estado gaúcho, sendo possível observar o desempenho nas eleições estaduais no período estudado; e o segundo deve-se a compreensão do desenvolvimento do sistema partidário num estado que, na sua história, apresenta aspectos atípicos quando comparado com o mesmo período e processo nos demais estados brasileiros.

Este estudo vem sendo desenvolvido desde 2012, iniciado com o projeto, de iniciativa própria, “O cenário político-partidário no Rio Grande do Sul pós-ditadura militar: continuação ou reformulação?”, tal estudo é coordenado/orientado pelo professor Dr. Ronaldo Colvero, também orientador deste trabalho de conclusão, e obteve apoio financeiro através da bolsa de iniciação científica PIBIC, do CNPq no período de 2012-2013 e renovação 2013-2014. A proposta do projeto foi feita com intuito de conhecer afundo uma cultura tão complexa, cheia de tradição e significados que perpassam os anos e tem se mostrado muito firme em sua raiz.

Temos a necessidade de entender os movimentos que influenciaram na formação do sistema partidário gaúcho, levando em consideração aspectos como a cultura política, pois essa cultura política local (gaúcha) pode ter desenvolvido peculiaridades neste sistema.

Nesta pesquisa analisaremos o desenvolvimento do sistema partidário gaúcho no posterior à redemocratização, período conhecido por iniciar a institucionalização do sistema multipartidário brasileiro permitindo assim o entendimento da conjuntura política formada.

A partir de 1945, houve o crescimento de participação do eleitorado, e também o acesso ao direito de voto, que passou a ser universal em 1985. Com o novo sistema de governo democrático e a abertura política, os partidos passaram a desenvolver um papel preponderante no campo político, sendo o meio mais comum de atuação a representação e participação política.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos bibliografias referentes ao tema e dados obtidos junto ao TSE, TRE-RS, e Câmara Legislativa de Porto Alegre.

Este estudo encontra-se de acordo com a área de formação do curso de Ciência Sociais - Ciência Política o tema escolhido é desafiador e instigante, pois as dificuldades encontradas foram muitas para compreender sistema partidário gaúcho, devido a sua complexidade.

Historicamente, os partidos políticos estão vinculados à tradição inglesa muito embora se possa remontar à experiência de criação dos grupos parlamentares, dos comitês eleitorais e, após, aos seus laços, bem como, mais amiúde, ao período compreendido entre os séculos XII e XV nos embates entre os interesses papais e os imperadores alemães – onde originariamente surgiram com a divisão entre *thories* (conservadores) e *whigs* (liberais) – apesar da experiência anterior dos partidos da Corte e do Congresso.

Por outra vertente, pode-se buscar na experiência francesa, a partir da Constituição de 1789, a forja originária da expressão moderna dos partidos políticos, quando os deputados de uma mesma região reuniam-se para a defesa dos interesses locais, em um primeiro momento, e após, para compartilhar ideias comuns, podendo-se, ainda, remontar, assim, ao clube bretão ou dicotomia jacobina.

O moderno modelo partidário se consolida ao final do século XIX, tendo seu reconhecimento constitucional sido expresso ao longo do século XX, como referendaram os exemplos alemão (1949), italiano (1947), francês (1958), português (1976) e espanhol (1978), muito embora sua constitucionalização tenha se dado já no século XIX, ao redor dos anos 1850.

Este trabalho justifica-se pela importância de pesquisar a configuração partidária no Estado do Rio Grande do Sul no período de redemocratização, pois analisa o desempenho dos partidos, como afirma Ademar Bogo de que partida é a “parte consciente da sociedade” (2010, p. 12), podemos pressupor que o jogo político deveria estar sendo desenvolvido por interesse de todos representado pela parte (partido), que segundo Sartori,

O partido foi ganhando forma não apenas no sentido de estruturação orgânica na sociedade, tendo a palavra o significado de “associação” da parte, com programa, princípios e métodos de ação, tendo em vista a tomada do poder e a administração da estrutura do Estado, mas também se diferenciou, assim, da palavra “facção”. Enquanto esta significava “parte contra o todo”, **o partido passou a representar “parte do todo”** (SARTORI, 1982, 23 apud BOGO, 2010,12) (Grifo nosso).

Levando também consideração de que a política gaúcha possuiu – e de certa forma ainda possui resquícios – uma forte influência coronelista por ser uma região de desenvolvimento econômico baseado na agropecuária e possuir produtores de grande porte, donos de extensas terras, assim prevalecendo um envolvimento político, baseado no econômico, para a garantia e representação deste grupo, como Vitor Nunes Leal coloca que “concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (1997, p. 40), que

desta forma sobrevive o aproveitamento e troca de interesses entre o poder privado e o poder público, sendo o privado representado pela minoria, possuidora de grande parte de terras e da economia estadual.

Portando, este estudo analisa o comportamento partidário-eleitoral no Estado rio-grandense e seu desenvolvimento. Autores como Maurice Durveger (1980) e Giovanni Sartori (1982), teorizam o conceito de bipartidarismo e multipartidarismo, fazendo assim compreender por bipartidarismo, um sistema em que só existam dois partidos ou que apenas dois partidos consigam ter domínio (alternância entre eles no governo) e importância no cenário político. E multipartidarismo sendo um sistema que possui três partidos ou mais, que podem se apresentar em duas formas: desequilibrado e equilibrado.

Na primeira forma, a competição entre os partidos possuem um partido dominante, em que somando as porcentagens dos dois maiores partidos chega a 75% dos votos, onde este partido dominante obtenha mais de 40% dos votos totais, engendrando então um “sistema predominante”, onde um único partido domina as eleições e consegue se manter por um período prolongado, que na Ciência Política compreende-se por um período de 4 legislaturas. Na segunda forma, a disputa eleitoral ocorre de forma balanceada entre os partidos, onde a porcentagem de votos entre os dois maiores partidos recebam juntos 50% dos votos totais, assim configurando um “sistema multipartidário” em que nenhum dos partidos se aproxime da maioria absoluta.

Neste trabalho utilizamos a geografia eleitoral<sup>1</sup> do Rio Grande do Sul, para tal, seguindo a teoria de Anthony Downs (1957 apud BAERT, 1997), a escolha racional, confere que o desempenho econômico interfere diretamente no comportamento eleitoral, essa teoria é baseada no sistema econômico, onde o sujeito toma sua decisão de acordo com as possibilidades de ganho, como afirma Castro “O eleitor toma duas decisões relacionadas entre si: participar ou não do processo eleitoral, e, caso decida positivamente, escolher determinado partido ou candidato” (1992, p.2). Para balizar esta teoria com o estudo proposto, devemos atentar ao fato de que verificaremos como a preferência eleitoral dos gaúchos tem interferido

---

<sup>1</sup> Terron enfatiza que “A ênfase da análise espacial é investigação e a mensuração de padrões espaciais e das possíveis relações destes padrões entre si [...]. No que concerne à construção das bases de dados geoespaciais há, normalmente, que se realizar uma compatibilização entre dados geoespaciais (malhas territoriais digitais), socioeconômicos e eleitorais, devido a sua proveniência de fontes diversas. A análise espacial pode ser confundida com a produção de mapas. Toda produção de mapa pressupõe uma análise do espaço geográfico, mas a análise espacial de que tratamos referem-se ao método que possibilita a investigação de eventos, padrões e também de processos que operam no espaço. Em síntese, o efeito de vizinhança, a influência das redes sociais, e o impacto do contexto geográfico sobre a decisão do eleitor constituem as bases da discussão conceitual da geografia eleitoral que ressurgiu em meados da década de 1970. Este ressurgimento deve-se também aos avanços tecnológicos que permitiram o surgimento de novas técnicas de análise espacial” (2012 p.06-07).

no sistema partidário no estado. A geografia eleitoral incide sobre os estudos do comportamento eleitoral, uma vez que permite a visualização da distribuição de votos, logo de partidos e candidatos no estado.

Para observar a localização dos votos, utilizamos a divisão criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, as mesorregiões, designada com finalidade de facilitar os estudos estatísticos. A saber, o estado do Rio Grande do Sul possui 7 mesorregiões:

1 - Noroeste: composta por 13 microrregiões, sendo referencial a microrregião de Passo Fundo;

2 - Nordeste: composta por 3 microrregiões, sendo a microrregião referencial de Caxias do Sul;

3 – Centro Oriental: composta por 3 microrregiões e tendo como referencia a microrregião de Santa Cruz do Sul;

4 - Centro Ocidental: composta por 3 microrregiões, possui como referencia a microrregião de Santa Maria;

5 - Metropolitana de Porto Alegre: composta por 6 microrregiões, possui a microrregião de Porto Alegre como referencia;

6 – Sudoeste – composta por 3 microrregiões, sendo a microrregião de Campanha Ocidental, Uruguaiana a referencial;

7 – Sudeste – composta por 4 microrregiões, sendo a microrregião de Pelotas a referencia.

As microrregiões utilizadas serão a forma de representação de cada mesorregião e verificaremos como fica o desempenho eleitoral e a distribuição dos partidos no estado. A escolha foi feita através da proporção populacional, cada microrregião referencial possui a maior população e eleitorado de cada mesorregião. Tendo como referencia para este estudo o trabalho desenvolvido por Robert Putnam (2006), sobre o desempenho dos governos na Itália, dividindo-a por regiões, e verificando que o comportamento local interfere na cultura política, ou seja, podemos considerar que o comportamento local de cada mesorregião é diferente das demais existentes e interfere na escolha do voto. Podendo supor que a aproximação e características semelhantes dos municípios de cada região, lhe conferem certa semelhança no voto.

Os dados que serão utilizados neste trabalho serão retirados da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul –

TRE-RS. Trabalharemos com as eleições para Governador do Estado de 1982 a 2010, analisando, portanto oito eleições estaduais.

Neste trabalho as análises mais profundas se dá nos três primeiros lugares no resultados das eleições, pois são nessas colocações que avaliamos a maior porcentagem das votações, em pequena parte das nossas análises nos referenciamos à quarta colocação, mas não altera os resultados.

No primeiro capítulo fazemos uma retomada sobre o percurso realizado pelos partidos no Brasil após a reabertura democrática em 1979 e demonstra o panorama da situação dos partidos no Estado do Rio Grande do Sul. No segundo capítulo analisamos o resultados das oitos eleições que tiveram para Governador do Estado no período estudado, de 1982 a 2010, verificando o desempenho eleitoral dos partidos nas sete mesorregiões do Estado. No terceiro capítulo fazemos uma comparação do desempenho dos principais partidos nas eleições e destacamos as regiões de predomínio de cada partido e relacionamos o comportamento eleitoral com a Teoria da Escolha Racional de Anthony Downs (1954) e a interferência da modernidade econômica apontada por Robert Putnam (2006) como a variável mais influente na decisão do voto.

## **2. A TRAJETÓRIA DOS PARTIDOS NO BRASIL**

### **2.1 O Sistema Partidário pós-1979**

No final de 1979, o governo militar alçou como estratégia: a reforma partidária. Com intuito de enfraquecer a oposição, que se encontrava em crescimento considerável, promovendo então a extinção do sistema bipartidário<sup>2</sup> e reformulando-o para sistema multipartidário<sup>3</sup>. O principal objetivo era de fracionar a oposição, o MDB<sup>4</sup>, tendo

---

<sup>2</sup> Segundo Pasquino, no verbete *Sistemas Partidários*, define que sistemas bipartidários são “todos aqueles sistemas que, independentemente do número de partidos, apenas dois tem uma esperança legítima, periodicamente satisfeita, de governarem sozinhos, sem necessidade de recorrerem a outros partidos.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1171).

<sup>3</sup> Pasquino baseando-se em Sartori define sistema multipartidário explica que “Passando aos sistemas multipartidários, Sartori considera oportuno distinguir os sistemas com limitada fragmentação, de três a cinco partidos, que apresentam uma competição *centrípeta* e uma distância ideológica média entre os vários partidos (multipartidarismo limitado e moderado) e os sistemas de elevada fragmentação, com mais de cinco partidos, que apresentam uma competição *centrífuga*, com a máxima distância ideológica entre si (multipartidarismo extremo e polarizado). Baseando-se nas características da competição política, da distância ideológica e do grau de fragmentação, Sartori pôde presumir a transformação de alguns sistemas partidários de partido predominante em sistemas bipartidários, em sistemas de multipartidarismo limitado e moderado, ou em multipartidarismo extremo e polarizado, bem como mostrar, no progressivo esvaziamento do centro, o maior perigo dos sistemas de multipartidarismo extremo e polarizado. Finalmente, ele pôde sugerir, no uso prudente dos sistemas eleitorais,

conhecimento das cisões existentes no interior do partido, o governo militar tenta explorá-las a seu favor, tentando eliminar o adversário que estava crescendo como partido popular dos brasileiros. Bertonecelo explicita mais claramente sobre os motivos que levaram ao processo da abertura política,

O processo de abertura política foi iniciado pela ascensão de uma nova coalizão militar ao controle do Estado, que resultou na escolha do general Ernesto Geisel para a Presidência da República em 1974. Essa coalizão era formada por castelistas, que defendiam o caráter temporário da intervenção militar na política, e por um grupo militar que defendia a profissionalização das Forças Armadas, buscando restaurar a hierarquia militar e controlar os órgãos de segurança. Nesse sentido, afirma-se que o impulso para a mudança política foi endógeno, quer dizer, surgiu de dentro do próprio regime. (2002, p. 60).

Esta reformulação do sistema partidário se tornou algo inédito no país, já que ao contrário do que ocorreu em 1930, 1945 e 1964, por exemplo, não foi em decorrência de mudanças densas no regime de governo do Estado, como afirma Motta “A reforma partidária de 1980 não surgiu da derrocada do regime militar, mas de uma tentativa de recicla-lo e prolonga-lo.” (1999, p.105). Héliog Trindade nos mostra com mais clareza do porque do ineditismo da reformulação do sistema partidário de 79, apontada por Motta, quando afirma que.

O traço dominante dos partidos brasileiros aproxima-se mais do padrão americano do que do europeu clássico: pouco ideologizados, nacionais por agregação regional e funcionando sazonalmente nos períodos eleitorais. Esse padrão partidário se diferencia da forte tradição partidária dos países do Cone Sul, com partidos nacionais fortemente estáveis, cobrindo todo espectro ideológico e vinculados a bases sociais mais definidas. (TRINDADE, 1992, p.179)

Nesta proposição, o governo visava além do enfraquecimento da oposição, com a promoção da transição gradual e lenta para o regime democrático, e que pudesse se ter menos tensionado referente ao o clima político que se vivia no país e assim, via-se a possibilidade de ser mantido manter o regime militar no Brasil. Nesta reformulação do sistema, foram criados novos partidos, em destaque o PDS, PTB, PMDB, PDT e PT.

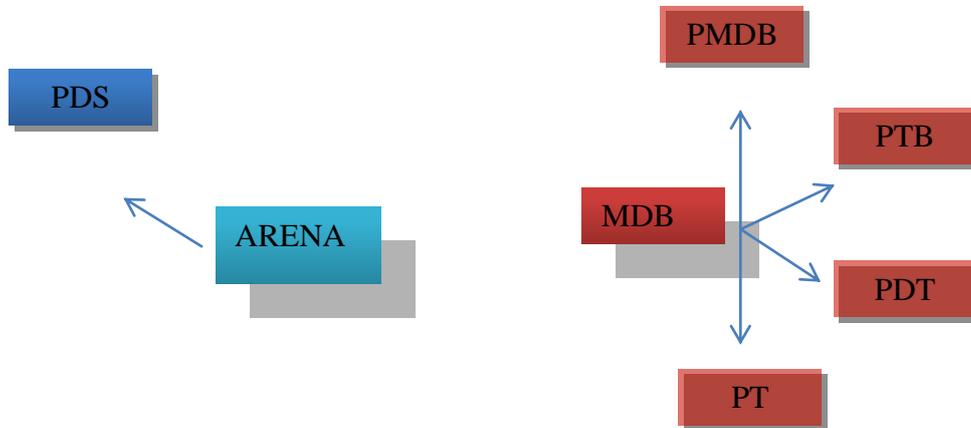
Neste novo arranjo partidário, os partidos descenderam dos dois partidos que compunham o bipartidarismo no Brasil desde 1965, conforme tabela a seguir:

---

uma das maneiras teoricamente possíveis, mas não necessária e politicamente realizáveis para reduzir a fragmentação partidária.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1171, grifo do autor).

<sup>4</sup> O Movimento Democrático Brasileiro – MDB – foi fundado em 1965, foi criado como oposicionistas a ARENA, partido governista e ao regime militar instaurado em 1964. Característico de multiplicidade ideológica se estabeleceu entre autênticos e moderados para os enfrentamentos com o militarismo. O auge do partido foi durante o governo Geisel, onde alcançou grandes proporções eleitorais, sendo uma das forças que contribuíram para a extinção do bipartidarismo. (CHACON, 1998)

FIGURA 1  
Ramificação partidária a partir de 1965



Fonte: Elaboração própria.

## 2.2 A reformulação dos partidos

O PDS foi uma reformulação *nominal* da ARENA<sup>5</sup>, a proposta foi de proporcionar uma nova imagem ao partido, se desvincilhando da imagem desgastada da ARENA, buscando passar uma imagem ao eleitor de um partido mais “moderno”.

Quanto à oposição, ocorreu uma grande cisão, o que já era esperado, levando em consideração que este foi um dos objetivos traçados pelo governo militar quando pensou a reforma partidária.

O PMDB<sup>6</sup> foi o herdeiro direto do MDB, a mudança nominal ocorreu devido ao novo regulamento que exigia o acréscimo da palavra “Partido” e logo a letra “P” à sigla. Pois não era de interesse do MDB a mudança do nome, com receio de que o eleitorado não reconhecesse o partido, e como este estava começando a obter forte apoio popular, a mudança

<sup>5</sup> A Aliança Renovadora Nacional – ARENA foi criada após o AI-2, em 1965 para dar base à ao regime militar sob a extinção do multipartidarismo e criado o bipartidarismo. De orientação conservadora, foi dissolvido em 1979 com a abertura política e volta à vigência do multipartidarismo no Brasil, refundado como PDS. (CHACON, 1998)

<sup>6</sup> O Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMBD, foi fundado em 1980, é considerado o maior partido do Brasil, com mais de 2 milhões de filiados. É sucessor do MDB, é um partido de ideologia centrista e concentra em seu interior personalidades políticas como José Sarney, Pedro Simon, Roberto Requião e Orestes Quércia. (CHACON, 1998)

de nome do partido, ressaltando, também fazia parte da estratégia do governo militar na tentativa de eliminar a forte oposição.

Mas dentro do próprio partido, MDB, como já destacado anteriormente, os grupos internos existentes utilizavam do discurso democrático em defesa da livre formação de novos partidos para a consolidação da democracia. Como afirma Motta o bloco oposicionista era considerado “muito amplo para se encaixar dentro de uma única organização. Tal consideração encontrou numerosos adeptos nos grupos de esquerda, levando à formação do PDT e do PT.” (2008, p. 106).

O PDT<sup>7</sup> construiu sua base em cima de pautas trabalhistas do PTB ligadas às heranças de Getúlio Vargas, havendo identificação com o antigo PTB com aproximação ideológica de esquerda, apesar que após a refundação do PTB na década de 1980, o partido na prática, se distanciou da esquerda, caracterizando-se mais da direita, porém há controvérsias, uma vez que o partido nega tal afastamento ideológico. Leonel Brizola (1922- 2004) foi à alma do PDT, um político polêmico que tentara promover mudanças na estrutura social do país, seu maior legado foi deixado no Rio de Janeiro, depois de ter problemas no partido no Rio Grande do Sul, mas ainda teve uma trajetória política ativa, na qual anos mais tarde voltou ao estado gaúcho. O grande auge do partido e de Brizola foi entre as décadas de 80 e 90, a partir de então houve uma forte queda no apoio e na força do partido.

O PT<sup>8</sup> por sua vez, pode-se dizer que foi uma criação genuína brasileira, construída por meio da base sindical durante a maior mobilização do país no final da década de 70 e início de 80, com pautas que vão de melhorias nas condições de trabalho até pautas sociais, tendo como ícone até os dias de hoje Luís Inácio da Silva, Lula. Para a fundação do partido, pode-se contar com políticos vindos do MDB, mas sua base principal consistia em líderes sindicais, intelectuais e pequenos grupos ligados uns ao marxismo, outros às trabalhos das pastorais católicas. Bolívar Lamounier, sobre o PT, afirma que foi “fortemente focalizado na figura de Lula e no chamado *novo sindicalismo* da área metropolitana de São Paulo, que se formou manifestando forte desconfiança em relação a *todos* os outros partidos, inclusive o MDB.” (TRINDADE, 1982, p.128). Como aponta Motta

---

<sup>7</sup> O Partido Democrático Trabalhista foi fundado em 1979, de orientação centro-esquerda, de atuação trabalhista, Leonel Brizola é até os dias de hoje a principal figura do partido. Dissidentes do PTB, após a briga pela sigla, fundaram o partido.

<sup>8</sup> Criado em 1980, o Partido dos Trabalhadores foi fundado em meio a um dos maiores movimentos do Brasil, no período de criação ocorria a Greve do ABC, ambos os acontecimentos eram liderados por Luiz Inácio Lula da Silva, que veio a ser presidente pelo partido em 2002 (1º mandato) e 2006 (2º mandato). De ideologia esquerdista, o partido atuou na área trabalhista, expandindo, posteriormente, aos setores sociais.

A originalidade [do PT] advém exatamente dessa mistura – por sinal não isenta de conflitos -, responsável pela união de católicos, marxistas, intelectuais e operários numa mesma entidade. “Tratou-se igualmente de um dos raros casos na história brasileira de um partido criado fora do universo das elites e do Estado” (2009, p.108).

O início do PT não foi expressivo, devido ao fato de ser um partido que não tinha herança política e muito menos aliados, pela *desconfiança* como afirma Lamounier, tivera uma trajetória inicial um tanto solitária, mas nas eleições de 89, 94 e 98, Lula foi um dos candidatos mais bem votados, já que foi crescente o apoio ao partido. Motta (2009) apresenta quatro explicações para o avanço bem sucedido do PT;

- 1) existência de uma ampla militância: o apoio era expressivo e um dos maiores entre todos os partidos;
- 2) base e proposta voltada ao social: diante das enormes mazelas que o país enfrentava (enfrenta) era defendida pelo partido conquistando apoio popular;
- 3) crítica ao *status quo*: no discurso do partido apresentava-se de forma crítica e descomprometida em relação às elites do país;
- 4) Lula: possuía e possui uma imagem carismática que chega superar a popularidade do próprio partido.

Sobre o PTB<sup>9</sup>, após a reabertura política foi refundado por dissidentes do antigo MDB. Por ser um partido político com grande apoio ao governo, não poderia ser classificado como um partido de oposição. Seu programa era aberto, uma vez que nele são definidos o funcionamento, a organização e as ideias que compõe o partido, sendo possível caracteriza-lo quanto às ideias políticas, não havendo, portanto, uma definição ideológica, facilitando assim o ingresso de políticos dissidentes de outros partidos.

A crise econômica ocorrida em 1981 e o retorno de movimentos sociais em todo o Brasil contribuíram fortemente para o fracasso da estratégia do governo. Como previu Bolívar Lamounier, as eleições de 82 demonstraria o tamanho do fracasso do plano do governo, quando a maioria eleita seria da oposição, e em 1984 deflagrou um dos maiores movimentos já visto no Brasil, o movimento *diretas-já*<sup>10</sup>. Com o fracionamento do bloco governista (PDS) facilitou ainda mais a derrota do governo.

<sup>9</sup> O Partido Trabalhista Brasileiro, criado em 1945 foi extinto em 1965 com o AI-2 e foi refundado na abertura política de 1979 de ideologia centrista, o partido tem atuação trabalhista.

<sup>10</sup> As Diretas Já foi um movimento de grandes proporções, tanto de mobilização popular, uma que vez que milhões foram às ruas, houve também uma grande mobilização política, como afirma Bertonecelo, “é verdade que os protestos por diretas-já ao longo de 1983 foram fragmentados e pouco abrangentes e que somente em 1984, com a mobilização dos governadores de oposição, eles ganharam maior amplitude espacial e maior apoio social e político. Contudo, a intervenção dos governadores só bem-sucedida devido à existência de uma conjuntura

A criação da *Aliança Democrática*, formada por líderes do PMDB e dissidentes do PDS resultou na vitória em 1985 para sucessor do Figueiredo, vencendo a chapa de Tancredo Neves e José Sarney, que assumiu a presidência no lugar de Tancredo depois de sua morte. Os dissidentes do PDS criaram um novo partido, o PFL<sup>11</sup>, podendo ser considerado um dos partidos mais importante do Brasil, que em 2007 trocou a nomenclatura para DEM<sup>12</sup> e os remanescentes do PDS formaram o PP<sup>13</sup>.

Em 1988 o golpe de misericórdia ao que sobrara do regime militar, completando a transição democrática, foi à aprovação da nova Constituição, que também trouxe novidades ao sistema partidário-eleitoral, como a instituição do voto universal, o que permitiu a participação de quase metade da população nas eleições de 89, cerca de 50% da população votou, em números, mais de 72 milhões foram às urnas naquela eleição.<sup>14</sup> Houve também a retirada de entraves para a criação de novos partidos, o que também mudou bastante o cenário partidário no país.

Durante a Constituinte de 88, o PMDB sofreu uma crise e com ela a cisão do partido, dissidentes do PMDB criaram o PSDB<sup>15</sup>, partido que teve grande ascensão nos anos 90, principalmente depois da eleição de Fernando Henrique Cardoso em 94 para presidente, porém, depois do segundo mandato de FHC, o partido entrou em forte declínio, e inicia a ascensão do PT.

---

política específica e de uma distribuição peculiar de poder entre as principais forças sociais e políticas. Essa conjuntura e a correlação de forças que aí se formou se constituíram no contexto de processos desencadeados em diversas esferas sociais, que, em seu conjunto, tiveram como resultados a elevação da posição de poder das posições partidárias e especialmente dos governadores estaduais de oposição, a autonomização política de amplas camadas sociais e a redução da capacidade do núcleo do regime de dirigir o processo político” (2007 p. 47-48).

<sup>11</sup> O Partido da Frente Liberal foi criado em 1985. Ainda do fervor da reorganização política, o PFL conseguiu se estabilizar e elegeu Tancredo Neves, encerrando o período militar, através da eleição para presidente. De orientação liberal, o partido foi extinto em 2007, tendo como sucessor o DEMOCRATAS. (CHACON, 1998)

<sup>12</sup> O Partido Democratas foi criado em 2007, com dissidentes do extinto PFL em substituição do mesmo, mantendo as mesmas características do partido antecessor, como a orientação centro-direita, compondo atualmente a oposição governista em conjunto com partidos como PSDB e PPS. (\*\*\*\*) [www.dem.org.br](http://www.dem.org.br)

<sup>13</sup> Partido Progressista teve sua trajetória iniciada em 1985 com a cisão do PDS, onde um grupo fundou o PFL e o outro seguiu com o PDS. O partido, antes de situação, passa a sofrer declínio na oposição. Em 1993, o PDS se funde com o PPC, e funda o PPR, porém o Partido Progressista tem sua fundação inicial em 1994, onde no ano subsequente o PPR se uniu ao PP e criam um novo partido, o PPB, porém após uma convenção em 2003, reformulam o nome do partido, retirando o ‘B’ da sigla, ficando somente PP – Partido Progressista. (\*\*\*\*) [www.pp.org.br](http://www.pp.org.br)

<sup>14</sup> Dados retirados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

<sup>15</sup> Fundado em 1988, o Partido da Social Democracia Brasileira, tem orientação conservadora-liberal, conseguindo eleger um Presidente em 1995, Fernando Henrique Cardoso, e conseguindo reeleição em 1998.

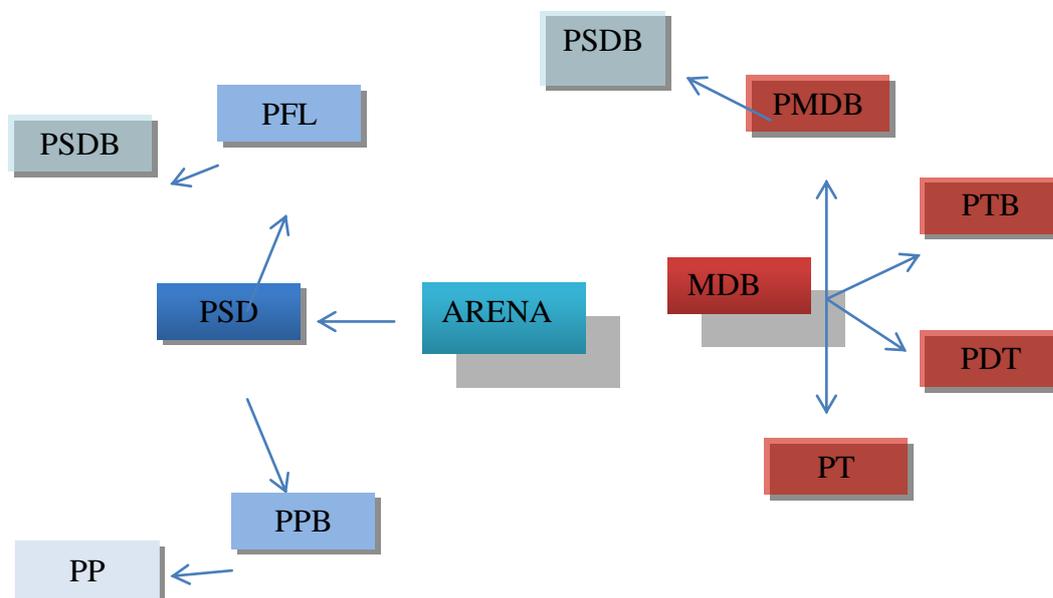
Tabela 1  
Deputados Federais  
(Ano/Partido)  
1982-2006

<b>Partido/ano</b>	<b>1982</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
PMDB	41,8%	53,4%	21,5%	20,9%	16,0%	14,6%	17,3%
PDS/ PPB/PP	49,1%	7,0%	8,7%	10,1%	11,7%	9,5%	8%
PFL/ DEM	-	24,0%	16,3%	17,4%	20,7%	16,3%	12,7%
PDT	4,8%	4,9%	9,1%	6,6%	4,7%	4,1%	4,7%
PT	1,7%	3,3%	7,0%	9,6%	11,3%	17,7%	16,2%
PTB	2,7%	3,5%	7,4%	6,0%	6,0%	5%	4,3%
PSDB	-	-	7,5%	12,1%	19,3%	13,6%	12,9%
Outros	-	3,8%	22,6%	17,4%	10,4%		
<b>Total</b>	<b>100,1%</b>	<b>99,9%</b>	<b>100,1%</b>	<b>100,1%</b>	<b>100,1%</b>		

Fonte: Câmara dos Deputados.

Com todas as mudanças ocorridas após 79, o sistema partidário brasileiro se tornou multipartidário, porém apenas cinco partidos conseguiram se destacar a nível estadual no Rio Grande do Sul, PSDB, PMDB, PT, PFL/DEM e PDS/PP, conforme demonstrado na tabela acima o desempenho dos partidos às eleições para deputados federais de 1982 a 2006. Até 1990, a disputa se encontra acentuada entre PMDB, PFL e PDS, onde somando seus percentuais, conclui-se que os três partidos sozinhos ocupam mais da metade dos votos. A partir de 1994, PT, PDT, PTB e PSDB se tornam fortes concorrentes e equilibram a composição na Câmara, não havendo predominância absoluta de nenhum partido, apenas o PMDB consegue obter ligeira vantagem, mantendo seu percentual entre 17 e 20 por cento nas eleições. Abaixo segue a ramificação recente dos partidos políticos a nível nacional.

FIGURA 2  
Ramificação partidária até 2010



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, em 28 anos, foram muitos os desmembramentos do sistema partidário no Brasil, apesar de inúmeros partidos, atualmente existem 32 partidos registrados no TSE não se pode considerar um sistema de partidos enraizados, é inconsistente a situação dos partidos, podendo-se dizer que na atualidade, é crítica à situação dos mesmos, devido ao descrédito popular, de forma massiva, agravada pelos escândalos políticos divulgados, se configurando numa crise no sistema.

### 2. 3 Os partidos no Rio Grande do Sul

Apontado por muitos autores como Oliveira Viana (1974), Maria Izabel Noll e Héglio Trindade (1991), Marcelo Baquero (1997, 2007), Bolívar Lamounier e Amaury Souza (1991), entre outros autores que estudaram o estado gaúcho, destacaram especificidades no desenvolver da cultura política no Rio Grande do Sul, muitos atribuem estas especificidades como características do processo histórico da figura do gaúcho, da personalidade política e aos padrões do comportamento político eleitoral no estado.

Concordo com Baquero e Prá, quando afirmam que a cultura política, acaba por forçar uma redefinição dos padrões estabelecidos, operando em decorrência de um sistema político que possui como resultado um “padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis se tornam vivas e atuantes ao longo do tempo” (2007, p.27). Isso devido ao fato da importância destas orientações no dia a dia das pessoas, em especial dos gaúchos, que conseguem se desenvolver sem esquecer-se dos traços tradicionais.

Diante disso, o sistema partidário no estado sulino sempre tivera uma característica de apenas dois partidos terem expressão chamou a atenção, mesmo em regime democrático num sistema multipartidário como foi até 1964 e depois de 1979, o estado gaúcho mantivera um sistema bipartidário, com traços específicos. O bipartidarismo não era devido ao fato de ter apenas dois partidos atuantes, mas sim de haver dois blocos, nos quais apenas dois partidos tinham expressão.

No período de 1945 a 1964 havia a polarização partidária entre PTB e PSD, de 1947 a 1962 os blocos partidários se tornaram definidos, e se apresentavam como bloco petebista (PTB, MTR, PSB, PSP) de orientação populista, e do outro lado havia o bloco antipetebista (PSD, PL e UDN) de orientação conservadores-liberais. Na disputa ainda havia o que possamos denominar de terceira força composta pelo PRP e PDC, apesar deste último se apresentar no cenário, não havia muita influência, a ‘briga’ existia entre PTB x PSD e aliados. E conforme Trindade e Noll sobre a “especificidade gaúcha”

A redemocratização do pós-45 estabelece, em termos nacionais, uma reestruturação das forças política com a transição do autoritarismo estadonovista à experiência de democracia populista, sob égide de um sistema multipartidário. O Rio Grande do Sul oferece um quadro político eleitoral atípico. Os partidos políticos se organizam mais em função de clivagens ligadas ao padrão político-eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes no pós-45. (1991, p. 64).

A polarização existia devido à força do PTB no estado<sup>16</sup>, além do cenário a nível nacional, no qual tanto o PTB quanto o PSD eram grandes, dentro do estado a força do PTB era maior, por conta disso, criava-se a necessidade do PSD criar uma corrente com outros partidos para

---

<sup>16</sup> Segundo Baquero e Prá “O crescimento do partido trabalhista brasileiro, aliado à fragilidade das demais organizações partidárias, contribuiria para estabelecer as bases do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período de 1945-1962. Embora o partido trabalhista tenha conseguido eleger somente um representante para a Constituinte de 1945, contra dezessete do PSD, em um total de 22 cadeiras da bancada gaúcha, essa situação começa a se alterar a partir de 1947. É quando o PTB emerge como o maior partido no Estado. O partido social democrático, por sua vez, passa a perder espaço na medida em que se afasta das origens varguistas; em 1950, conta com a UDN para apoiar o seu candidato ao Governo do Estado, contra a candidatura trabalhista. Em 1951, PL, PSD e UDN formam a Frente Democrática que apoia Ildo Meneghetti à prefeitura de Porto Alegre e, em 1954, ao Governo do Estado. Em 1962, somam-se a essa frente o PDC-PRP-PSP, formando a Aliança Democrática Popular.” (2007, p. 78).

vencer o PTB, onde no período apresentado, os comandos do estado eram intercalados entre PTB e oposição, permanecendo assim até o golpe de 64, com a queda do governo João Goulart e início do governo militar, quando o sistema partidário passou a ser bipartidário. A tabela a seguir demonstra a alternância do poder no Rio Grande do Sul de 1974 a 1986.

Tabela 2  
Eleições estaduais no Rio Grande do Sul  
1947 – 1986

	1947	1950	1954	1958
PTB	A.Pasqualini 37,6%	E. Dornelles 42,8%	A.Paqualini 42,8%	L. Brizola 55,2%
Anti-PTB	W. Jobim 41,2%	C. Rosa 39,5%	I. Meneghetti 46,2%	W. Peracchi 41,2%
	1962	1966	1970	1974
PTB	E. Michaelsen 35,5% <sup>3</sup>	MDB 40,4%	MDB 36,4%	MDB 53,6
Anti-PTB	I. Meneghetti 37,1	ARENA 42,8%	ARENA 45,8%	ARENA 34,8%
	1978	1982	1986	
PTB	MDB 56,0%	PMDB 31,8%	PMDB 39,6%	
Anti-PTB	ARENA 34,8%	PDS 33,5%	PDS 16,1%	

Fonte: dados retirados do site do TRE- RS.

Obs.: os quadrados em cor diferenciada apontam candidatos/partidos eleitos.

No ar fica a seguinte indagação: como considerar bipartidário um sistema composto por blocos? Apesar da criação dos blocos *petebista/antipetebista* ambos eram liderados por um partido, do lado petebista o PTB e do lado antipetebista PSD. Deve-se também ao fato de que inicialmente os blocos eram formados por questões ideológicas, após 1947, quando o PTB se expande de maneira formidável no estado, conseguindo arregimentar forte base eleitoral, os blocos passaram a ter a função, propriamente dita à luta, muito mais pelo lado do PSD, que se uniu a UDN para conseguir vencer o partido petebista.

Tanto que, partidos como PSP, que inicialmente compunha o bloco petebista, passou para o bloco liderado pelo PSD para entrar na disputa eleitoral. Mesmo perdendo apoio no bloco, o PTB consegue manter-se e foi crescente seu desempenho no estado até 1964. O PTB conseguiu se estabelecer na região sul do estado e o PSD e aliados na região norte do estado. Curioso se torna a localização geográfica dos partidos, uma vez que na região sul, era predominante o setor rural, e no norte alavancava no período o setor industrial. Sobre a localização geográfica dos partidos,

[...] o PTB predomina fortemente na metade sul do Estado, especialmente na zona da campanha pastoril, com uma incursão forte no noroeste das Missões, onde estão concentradas as grandes propriedades dedicadas à pecuária. Essa implantação aparentemente contraditória decorre do fato de que essas regiões, ligadas à economia tradicional, estão situadas em municípios com altos índices de urbanização, em que se formou um setor terciário ocioso. Além da fronteira sudoeste, o trabalhismo se faz presente, como seria de esperar, de forma dominante, na totalidade das cidades denominadas “pólos regionais” ou “sub-regionais” e, obviamente, na região industrializada e intensamente urbana da área metropolitana de Porto Alegre. (Trindade e Noll, 1991, p. 23).

Essa linhagem tem explicação histórica, Trindade e Noll (1991) explicam que ainda no período imperial, o Partido Liberal tinha difuso o seu poder político com o econômico na região sul do Estado de predomínio pastoril e de produção de charque, característico do coronelismo. Após o advento da República, o Partido Rio-Grandense possui bases políticas e econômicas na região norte do Estado, tal que aos poucos se desenvolve e torna-se o “pólo modernizador” da economia gaúcha. Devido ao ingresso “tardio” do PRR no processo partidário, consegue então somente se estabelecer com o “novo eixo econômico” que se desenvolve habilmente no RS.

No Estado Novo, “paradoxalmente, também, o PSD, cuja característica nacional é de ser um partido de bases rurais tradicionais, prepondera na metade norte do Estado, onde o processo demográfico e econômico, sendo dos mais fortes, acolhe os setores mais dinâmicos da economia regional, embora com uma incursão no sul através da região da serra sudeste”. (TRINDADE e NOLL, 1991, p. 23), então, o partido herda do PRL, partido governista liderado por Flores da Cunha, a classe política e a máquina partidária, e herda do PRR liderado por Borges de Medeiros, o predomínio político da região da metade norte do Estado. O PTB consegue aprofundar sua força política combinada pelo recorro populista nas zonas urbanas, baseado também na “política missioneira do varguismo”, dividindo o eleitorado em boa parte do Estado com o PSD. (TRINDADE e NOLL, 1991).

Com o retorno do autoritarismo em 1964, o cenário partidário no Rio Grande do Sul foi favorável ao período bipartidário que se estenderia durante este período militar, como afirmam Baquero e Prá “enquanto o golpe militar de 1964 promoveu uma ruptura na tradição eleitoral da “república populista” em quase todos os Estados brasileiros, no Rio Grande do Sul o sistema bipartidário encontrou um sistema favorável para se expandir” (2007, p. 82), isso devido ao fato de que a polarização que existia no Estado gaúcho entre PTB e anti PTB, facilitou a adaptação dos novos partidos ARENA e MDB no Rio Grande do Sul.

Devido à alteração do jogo político promovido pelo regime militar, dentre estas mudanças à proibição das eleições para prefeitos das capitais e das consideradas áreas de segurança e de hidrominerais, e as indicações de interventores para as fronteiras entre Brasil, Uruguai e Argentina, comprometeram o reduto dos trabalhistas filiados no passado às ideologias do PTB, e o próprio trabalhismo no estado. Se tornando, portanto, o MDB a única maneira dos líderes do antigo PTB voltarem à ativa e retomarem o reduto.

Estas mudanças no sistema partidário modificou o jogo de força, o PTB que predominava 54,1% dos municípios gaúchos, com o MDB já no bipartidarismo, alcançava apenas 5,7% do antigo eleitorado. Já o PSD, que somava força com outros partido atingia apenas 17,1% dos municípios, enquanto a virada expressiva com a ARENA passou a representar 40,8%, conseguiu mais que dobrar o número de eleitores. Segundo Baquero e Prá, isso se deve ao jogo polarizado entre “MDB/PMDB e ARENA/PDS/PFL ocorrida na série de eleições realizadas entre 1966 e 1986”, (2007, p. 83) sendo possível então, observar a dicotomia existente no perfil que se manteve mesmo com as mudanças no sistema partidário, podendo também ligar ao fato de uma significativa estabilidade eleitoral.

Porém, deve-se ressaltar que, mesmo com o retorno do multipartidarismo em 1979, os partidos de pequena expressão não tiveram fôlego para entrar no ritmo das novas regras e muitos partidos, a exemplo do PP, se extinguiram, devido à regra de ser proibida a formação de coligações partidárias, essa era estratégia para tentar conter a reorganização e o crescimento da frente oposicionista.

Após análise dos acontecimentos da trajetória do sistema partidário, tanto a nível nacional, quanto a nível estadual do Rio Grande do Sul, torna-se mais claro os acontecimentos que auxiliam na compreensão da cultura política gaúcha. O estudo da história do Estado sulino se torna preponderante para este estudo, uma vez que explicita os momentos que definem como denominam Trindade e Noll (1991) a “especificidade gaúcha”, da estabilidade político-eleitoral no Estado e a adaptação dos partidos de acordo com os sistemas de governo vigentes.

Como afirma Baquero e Prá, “estamos nos referindo, nesse caso, às transformações sociais, culturais, econômicas e institucionais que acompanham os vários momentos da história brasileira e que, materializadas no Rio Grande do Sul, dotaram a sua cultura política de um significado ímpar.” (2007, p 95.), diante dos muitos aspectos, analisados por grandes autores como Raymundo Faoro (1998), Maria do Carmo Campello de Souza (1976), Bolívar Lamounier (1982) entre outros, que pesquisaram o desenrolar da trama da política brasileira, e nos possibilitando visões que contribuíram de sobre maneira para este trabalho.

Este espectro do Rio Grande do Sul nos afirma o quão podem ser grandes as diferenças dentro de um mesmo país. O quadro que se apresentou ao longo de 1979 até os tempos atuais no Brasil, a nível nacional é muito diferente do quadro que se desenvolveu no estado sulino, a principal característica que leva a esse comportamento diferenciado, se deve à cultura política vivenciada no estado. O padrão do comportamento cultural e social refletiu diretamente no desempenho político. Como resultado temos um campo político dividido diante de duas percepções, apesar do aparecimento de novos partidos, ainda sim, a disputa eleitoral se apresenta de forma mais equilibrada.

### **3. AS ELEIÇÕES**

Neste capítulo analisaremos as mesorregiões com o objetivo de mapear a distribuição dos partidos no Estado do Rio Grande do Sul, a partir disto poderemos verificar se a composição dos partidos permaneceu estável conforme foi no início da reabertura em 1979, ou se houveram modificações.

O Estado do Rio Grande do Sul possui 497 municípios, com um total 11.164.043 habitantes, segundo dados do IBGE 2013, utilizaremos as mesorregiões, divisão esta criada pelo IBGE, que tem como objetivo proporcionar as semelhanças econômicas e sociais, para finalidades estatísticas. No estado sulino existem 7 mesorregiões e 35 microrregiões, que obedecem a mesma finalidade das mesos, porém, as micros foram definidas pela Constituição de 1988, como agrupamento de municípios que possuem divisas em comum, porém a sua utilização tem sido feita apenas pelo IBGE com as finalidades já mencionadas, devido ao fato de pouquíssimas microrregiões terem as limitações definidas.

Tabela 5  
Mesorregiões do Rio Grande do Sul

Mesorregião	Microrregião	População*	Eleitorado**
Centro Ocidental	Santa Maria	273.489	199.094
Centro Oriental	Santa Cruz do Sul	124.577	94.856
Metropolitana de Porto Alegre	Porto Alegre	1.467.816	1.083.42
Nordeste	Caxias do Sul	465.304	326.604
Noroeste	Passo Fundo	194.432	138.094
Sudeste	Pelotas	341.180	250.834
Sudoeste	Uruguaiana	129.504	90.438

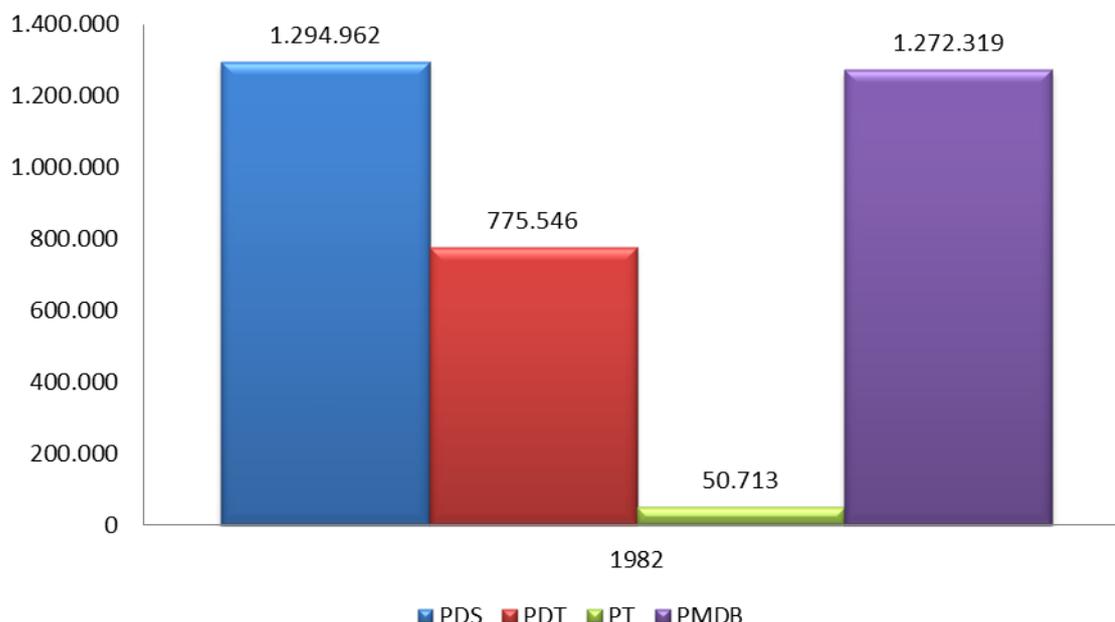
\*Dados retirados do Senso IBGE 2013. \*\*Dados retirados do TRE-RS.

Na tabela acima apresentamos as mesorregiões e suas respectivas microrregiões, com população e eleitorado. A escolha do que nomeamos como município referencia, foi feita através da proporcionalidade de população e eleitorado com a região pertencente.

Sobre a análise das eleições devemos fazer uma observação, as eleições de 1982 e 1986 tem uma exceção, os dados obtidos são do total de votos no estado e não por mesorregião como é a partir das eleições de 1990. Isso se deve ao fato de que nos resultados retirados do TRE- RS e do TSE, não existe a coleta de votos da mesma divisão por mesorregião e não constam por cidade, os únicos resultados divulgados são os resultados gerais.

### 3.1 Desempenho dos partidos nas eleições de 1982 a 2010: um comparativo

FIGURA 3  
Eleições a Governador – RS  
1982

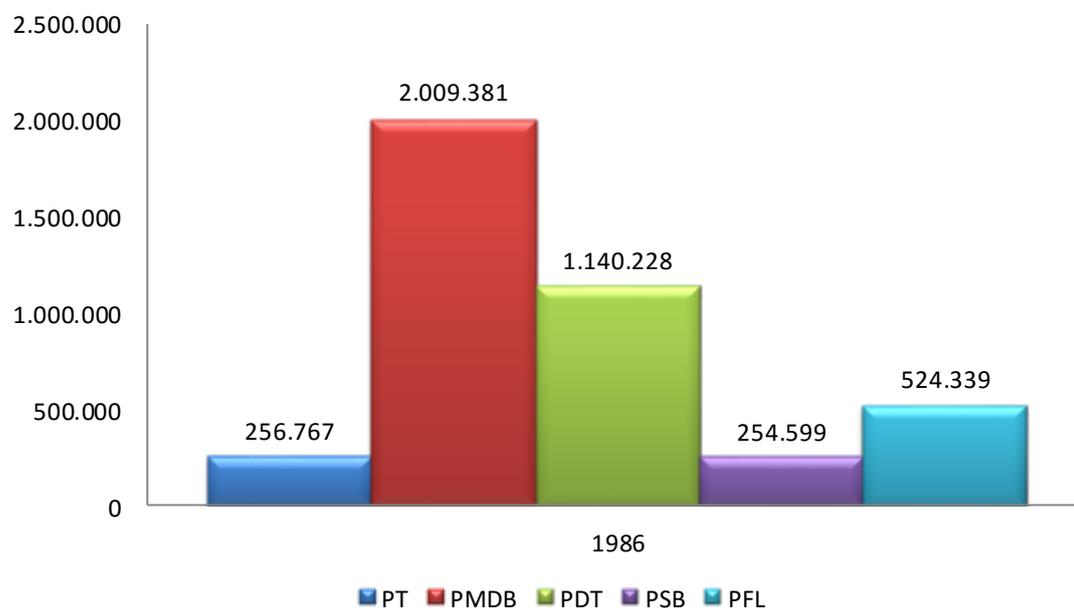


Fonte: elaboração própria.

Em 1982, em meio ao processo de transição democrática um passo se torna importante para sua consolidação. Neste ano ocorreram às eleições para Governo do estado do Rio Grande do Sul, na corrida eleitoral estavam presentes quatro partidos, PDS, PDT, PT e PMDB, tendo como candidatos Jair Soares, Alceu Collares, Olivio Dutra e Pedro Simon, respectivamente. O PDT não consegue aspirar fôlego, dentre as quatro votações, ficou com a terceira melhor votação, ficando à frente somente do PT, com baixo desempenho, o PDT não conseguiu ser concorrente direto dos dois primeiros colocados PDS e PMDB.

A diferença de votos entre estes partidos foi mais que vinte mil votos na soma de todas as mesorregiões, o PMDB manteve a força do MDB, após a reformulação da sigla apenas como estratégia, para simulação de um “novo” partido, assim conseguiu manter no estado os redutos conquistados durante o período do sistema bipartidário.

FIGURA 4  
Eleições a Governador - RS  
1986

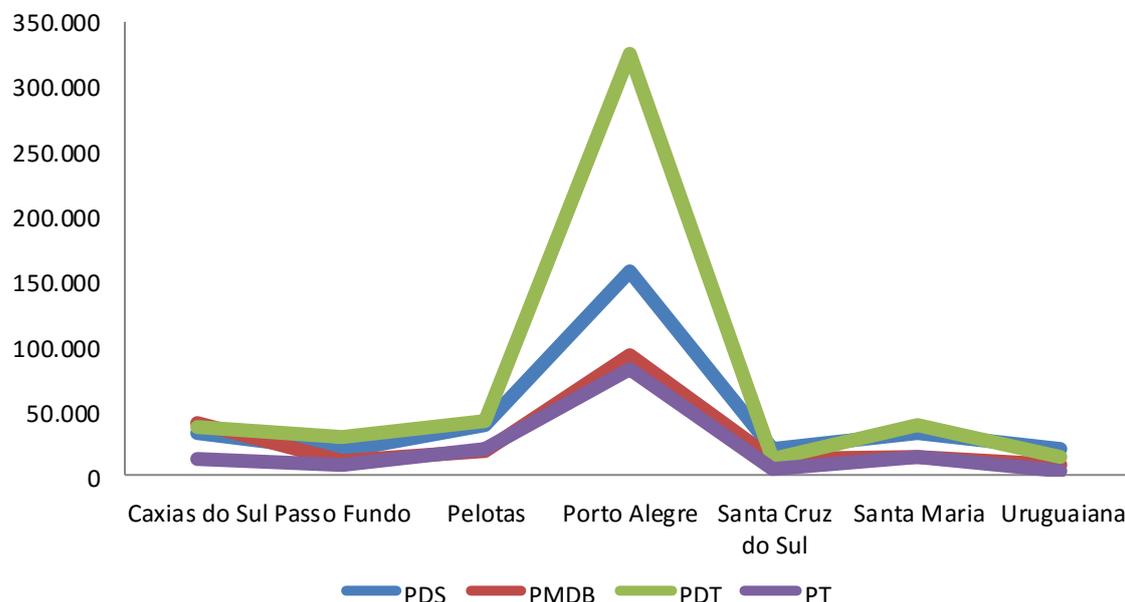


Fonte: Elaboração própria.

Nas eleições de 1986, a situação se inverte concentra-se a disputa entre PDT e PMDB, o PDS não participa das eleições com candidato próprio, sendo que o PT e o PSB participam, mas não possuem votação expressiva. Comparado com as eleições de 1982, o PDT amplia sua votação no estado, porém é insuficiente, para vencer o PMDB que dobra sua votação. O PMDB mantém Pedro Simon como candidato, mas tanto o PT, quanto o PDT trocam seus concorrentes, em 1982, Olívio Dutra concorre pelo PT e Alceu Collares pelo PDT, nestas eleições disputam Aldo Pinto da Silva pelo PDT e Clóvis Algenfritz da Silva pelo PT. O PSB e PFL, novidades nas eleições a governo do estado, lançam como candidatos Fulvio Celso Petracco e Carlos Alberto Chiarelli.

FIGURA 5  
Eleições a Governador – RS  
1990

Fonte: Elaboração própria.

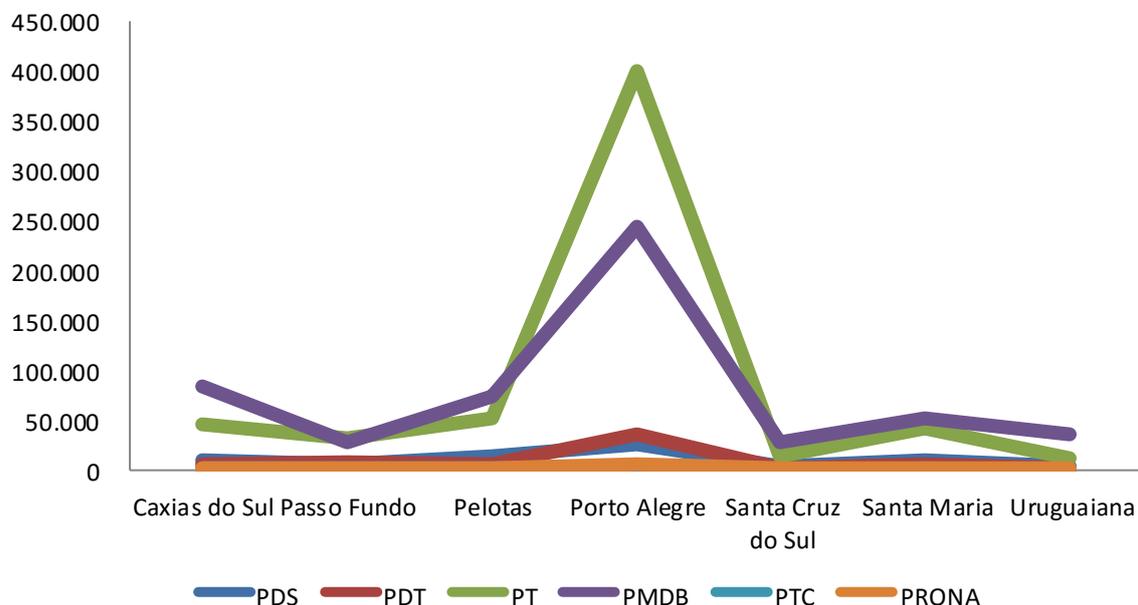


Nas eleições de 1990, quatro partidos disputaram as eleições, PDS, PDT, PMDB e PT, tendo como candidatos Nelson Marchezan, Alceu Collares, José Fogaça e Tarso Genro, respectivamente. A polarização permanece estável entre o PDS e PDT, mantendo vantagem em quase todas as regiões. O PMDB conseguiu obter duas grandes votações, a melhor na região nordeste, deixando para trás o PDS e o PDT, e a segunda melhor na região Centro Oriental ficando atrás apenas do PDS, na região Noroeste o quadro se manteve estável com PDS e PDT. O PT nestas eleições, não conseguiu grande votação, sua melhor votação foi na região Sudeste, e ainda sim não passou da terceira melhor votação com um pouco mais que vinte mil votos no município de Pelotas.

A situação econômica no estado apresentava-se crítica com baixo crescimento da indústria gaúcha, neste período podemos observar a predominância do trabalhismo no estado representado pelo PDT, que possuía votação expressiva em quatro das sete regiões estudadas. Conseguindo por vezes quase o dobro do total de votos do segundo colocado, expressando a força do partido que se manteve mesmo após o período militar, os redutos trabalhistas criados até 1964 seriam minados pela ARENA durante o período do bipartidarismo (1964 – 1979). O PDS obteve vantagem em regiões com predomínio rural, como nas regiões sudoeste e centro oriental. Nas demais regiões com a urbanização em crescimento acelerado, o PDT conseguiu expandir gradativamente seu eleitorado.

FIGURA 6  
Eleições a Governador – RS  
1994

Fonte: Elaboração própria.



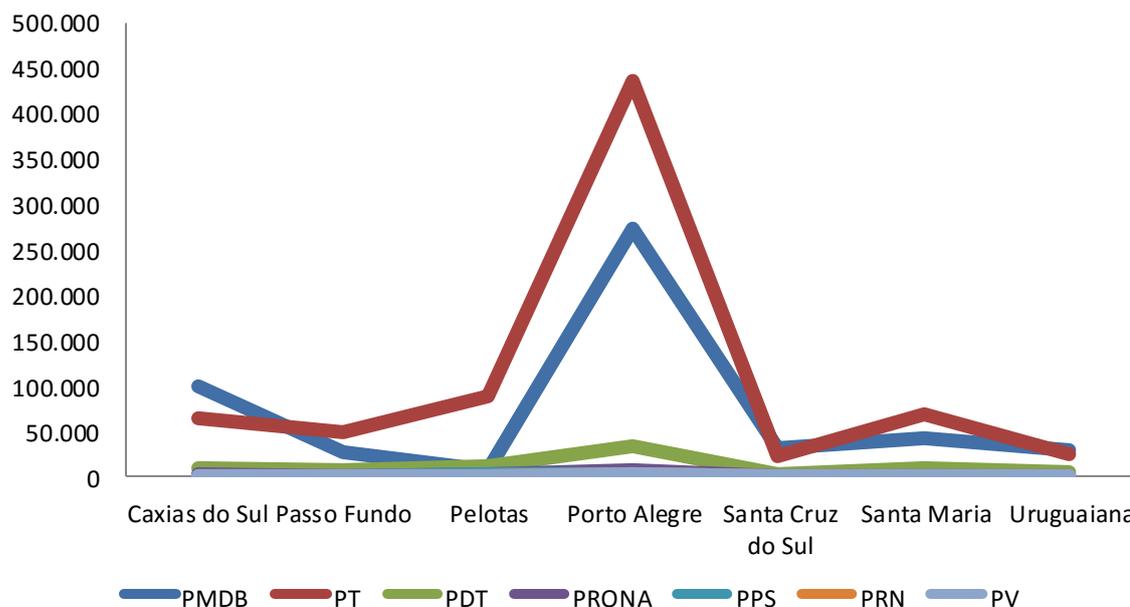
Nas eleições de 1994 aumentou, de quatro para seis o número de partidos participantes das eleições ao Governo do Estado. O PDS concorre com Celso Bernardi, o PDT com Sereno Chaise, seguido pelo PMDB com Antônio Britto, PT – Olívio Dutra, PTC - José Luiz Gomes e PRONA – Irapuan Teixeira. Nestas eleições há uma reviravolta, a disputa se concentrou entre PMDB e PT, o PDS não passou da terceira melhor votação em todas as regiões ficando abaixo do desempenho nas eleições passadas.

O PT conseguiu larga vantagem na região Metropolitana de Porto Alegre, seu desempenho eleitoral foi quase o dobro da quantidade de votos conseguida pelo PMDB. Nas cinco das sete regiões estudadas, dentre elas o Nordeste, o Centro Oriental, o Centro Ocidental, o Sudeste e o Sudoeste, o PMDB teve a frente com pequena vantagem, porém, apesar de estar com a melhor votação não foi o suficiente para superar o PT, que na soma de votos dos municípios referencia, alcançou 600.000 votos, enquanto que o PMDB obteve mais de 540.000 votos. O PMN, PSTU e PCB tiveram o pior desempenho, somados os três partidos não chegam a mil votos em cada região.

A preferência dos eleitores na eleição de 1994 deu-se devido ao estado do Rio Grande do Sul estar passando por um período de prosperidade econômica, porém no decorrer de seu mandato o governador Alceu Collares enfrentou grandes dificuldades no sistema educacional,

fazendo com que ele perdesse a popularidade da sociedade, o que influenciou no seu governo, no PDT e posteriormente nas próximas eleições.

FIGURA 7  
Eleições a Governador – RS  
1998



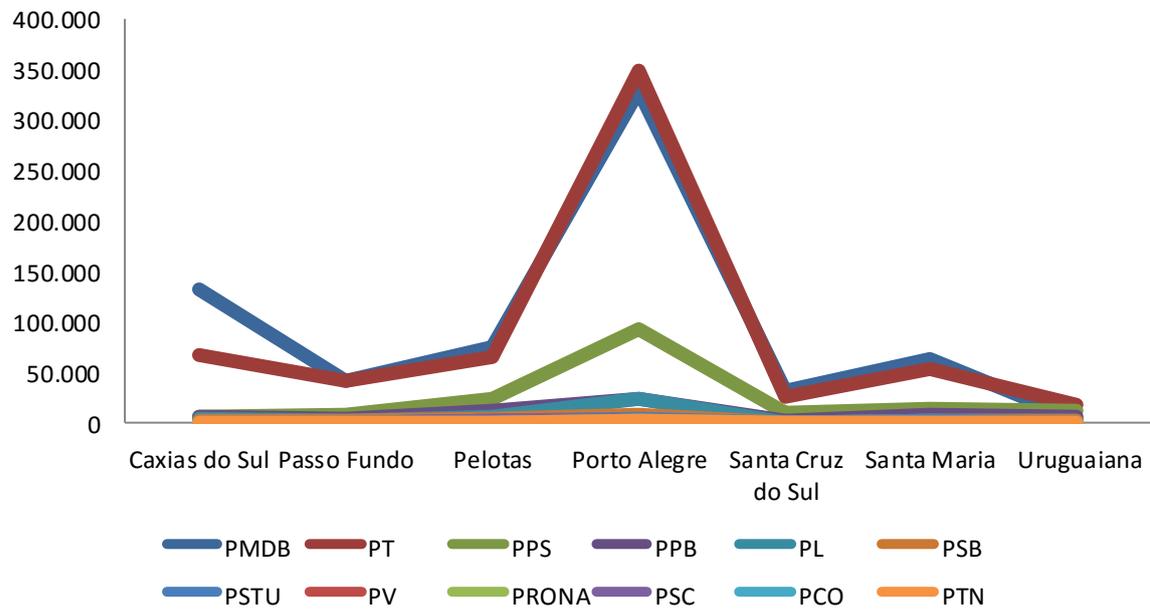
Fonte: Elaboração própria.

Nas eleições de 1998, o quadro se manteve estável, exceto pela não participação do PDS que já havia se fundido com o PPC e fundado o PPR, mas no estado gaúcho não tiveram candidato próprio ao governo do Estado, ficando então concentrada entre o PT, que venceu e o PMDB que ficou com a segunda melhor votação, seguido pelo PDT, havendo ainda a participação do PRONA, PPS, PRN e PV, totalizando sete partidos que disputaram o governo do Estado. Os candidatos Antônio Britto do PMDB, e Olívio Dutra pelo PT, disputaram novamente a eleição e o PDT mudou seu candidato, concorrendo pelo partido Emília Therezinha. A eleição foi mais equilibrada, reduzindo a diferença entre os três maiores partidos.

O PT manteve bom desempenho na região Metropolitana de Porto Alegre, melhorando a votação nas regiões Sudeste e Noroeste, nas demais regiões a votação foi acirrada. O PMDB conseguiu larga vantagem apenas na região Nordeste. A insatisfação com o governo pemedebista se deu pelo baixo desempenho do governo de Antônio Britto, apesar do crescimento econômico, ainda sim foi polêmico devido à reforma administrativa que tentara

promover e as privatizações de empresas públicas, perdendo popularidade, assim frustrando a tentativa de se reeleger. Sob promessas de mudanças, o PT conseguiu se sobressair nos resultados finais, elegendo Olívio Dutra a Governador do estado gaúcho.

FIGURA 8  
Eleições a Governador – RS  
2002



As eleições de 2002, se mantêm entre PMDB e PT, e a votação foi acirrada, na região Metropolitana de Porto Alegre o PT conseguiu manter a vantagem que teve nas eleições anteriores. Nesta eleição de 2002 o PDT não teve candidato próprio concorrendo. O declínio no desempenho de ambos partidos pode ser explicado por três vertentes:

- A primeira consiste no aumento considerável de partidos participando da disputa eleitoral, o máximo de partidos que já participaram desde a democratização de 1979 em eleições estaduais foram de sete partidos, nesta eleição o total de partidos chegou a doze: PMDB, PT, PPS, PPB, PL, PSB, PSTU, PV, PSC, PRONA, PCO e PTN. Dos doze partidos concorrentes, seis deles não tiveram desempenho competitivo, como PRONA, PSTU, PV, PSC, PCO e PTN;

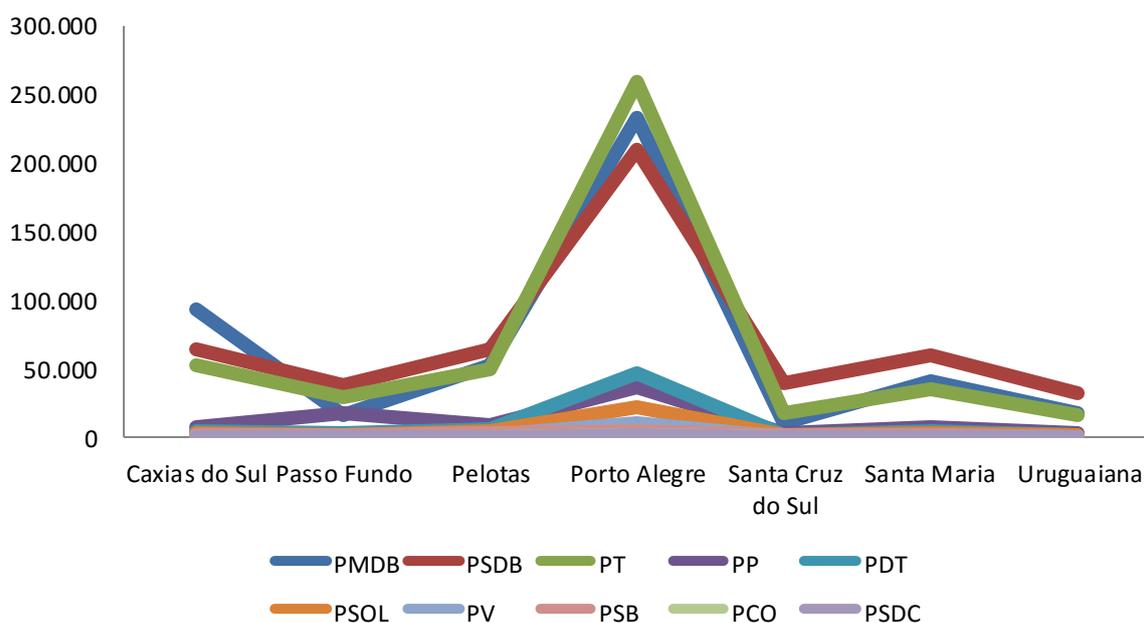
- A segunda vertente está na disputa entre PT, PMDB, PDT, PPS, PPB e PL que conseguiram obter uma votação considerada competitiva, fragmentando o eleitorado e a votação, mesmo os demais partidos como PPS, PPB, PL e PSB não terem sido concorrentes diretos com PT e PMDB, surgiram como novas alternativas.

- A terceira vertente é devido ao desempenho de ambos os partidos em governos anteriores, Antônio Britto pelo PMDB e Olívio Dutra pelo PT, afetando a preferência partidária, e as candidaturas futuras desses dois partidos. Estes fatos instigaram a população a encontrar outros partidos como possibilidades de mudança.

Na geografia dos votos, o PMDB e PT, não conseguiram ter uma vantagem na votação, em muitos casos, a diferença era um pouco mais que mil votos, porém na região Nordeste, o partido do PMDB obteve um resultado superior, comparado com eleições anteriores, conseguindo mais que o dobro dos votos obtidos pela segunda melhor votação, do partido petista, demonstrando que a estabilidade deste partido na região e o predomínio em um espaço antes dominado pelo extinto PDS.

FIGURA 9  
Eleições a Governador – RS  
2006

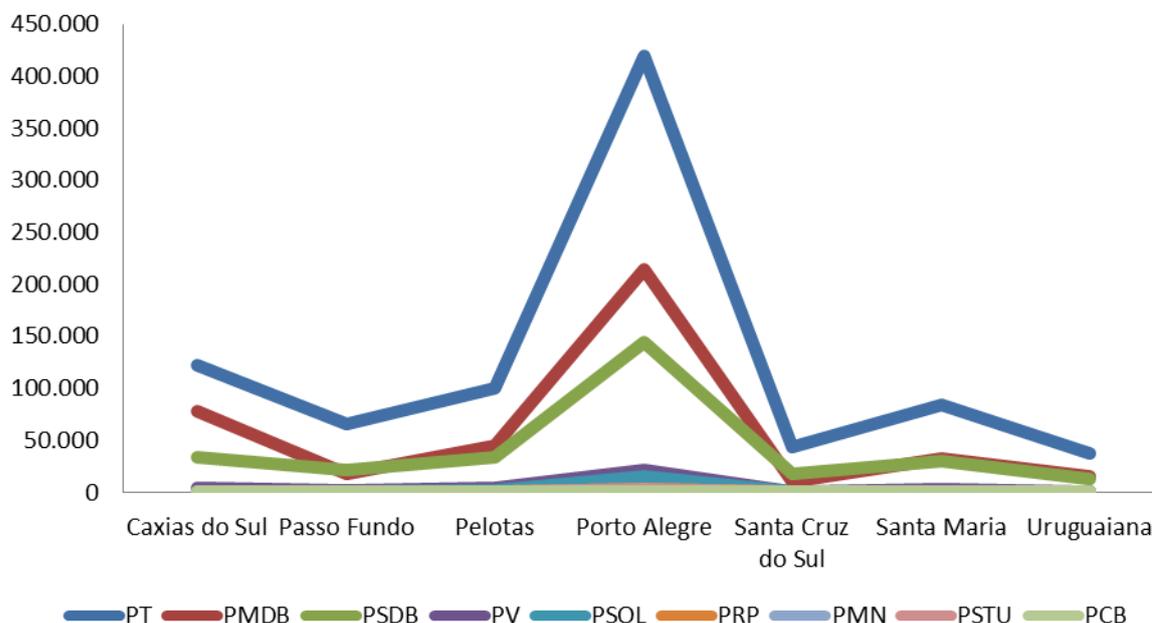
Fonte: Elaboração própria.



Nas eleições de 2006, houve uma redução no número de partidos que disputam o Governo gaúcho, de doze que disputaram as eleições de 2002, dez estavam na corrida eleitoral. Partidos como PSDC, PCO, PSOL e PV, comparando com eleições anteriores, continuaram sem grande desempenho eleitoral. Porém, neste ano houve uma novidade, o PSDB e PP disputam pela primeira vez o Governo do Rio Grande do Sul, o PSDB chegou com forte apoio eleitoral, deixando para trás PMDB, PT e PDT, sendo que o PDT não tem desempenho desejado.

O PP teve uma campanha eleitoral forte, mas não obteve desempenho eleitoral diferenciado do PMDB, PT e PDT. O PSDB fez uma excelente votação nas regiões Centro Ocidental, Centro Oriental, Sudeste, Sudoeste e Noroeste, somente nas regiões Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste, o PSDB não conseguiu boa votação, uma vez que são regiões de predomínio do PT e do PMDB.

FIGURA 10  
Eleições a Governador – RS  
2010



Fonte: Elaboração própria.

Nas eleições de 2010, o PT teve um desempenho eleitoral excelente, conseguindo eleger Tarso Genro no 1º turno. Essa vitória foi possível devido à péssima gestão de Yeda Crusius (PSDB) eleita em 2006, seu governo foi marcado por uma grave crise financeira na economia estadual, Yeda ainda tentou reeleição, mas foi derrotada no primeiro turno, o PMDB ficou com a segunda melhor votação no estado, mas o PT conseguiu ampla margem de vantagem em todas as regiões do estado gaúcho, até mesmo na região Nordeste, reduto do PMDB.

Neste ano houve a participação de nove partidos, PT, PMDB, PSDB, PV, PSOL, PRP, PMN, PSTU e PCB. Os últimos cinco partidos não conseguiram votação expressiva, o PV conseguiu obter a quarta melhor votação do estado, ficando atrás do PT, PMDB e PSDB. O PDT não teve candidatura própria, assim como em 2002.

Após a análise dos dados das eleições estaduais de 1982 a 2010, podemos perceber variações no cenário político, as maiores influências nas mudanças de governos estiveram atreladas ao desempenho econômico interno e externo, mudanças administrativas nas gestões de governo, crises no sistema educacional, tais como as greves do magistério público.

No período de 28 anos (1982-2010) em oito eleições, o partido que mais governou o estado foi o PMDB com três gestões – Pedro Simon (1988-1991); Antônio Britto (1996-1999) e Germano Rigotto (2004-2007) -, o segundo partido com maior número de gestão no Governo do Estado é o PT com duas gestões – Olívio Dutra (2000 -2003) e o atual

governador Tarso Genro (2011-2015), o extinto PDS e o PDT tiveram, ambos, apenas uma gestão cada, Jair Soares pelo PDS de 1983 a 1987 e Alceu Collares de 1992 a 1995 pelo PDT, o PSDB que surpreendeu nas eleições de 2006, também elegeu apenas um governador, no caso governadora Yeda Crusius que governou de 2007 a 2011.

Sobre a polarização<sup>17</sup>, podemos perceber a clara influência da economia sobre a decisão do voto, uma vez observado que mesmo PMDB e PT tendo mais de uma gestão dentro do período estudado, nenhuma das gestões tiveram reeleições, devido ao desempenho dos candidatos em exercício. O predomínio de partidos ficou condicionado três períodos

- 1) Até final de 1980: polarização entre PDS e PMDB;
- 2) Até final de 1990: polarização entre PMDB e PT;
- 3) A partir de 2000: polarização entre PT e PSDB.

Podemos observar que o PMDB predominou nos dois primeiros períodos, o que indica que sustentaram as bases construídas durante o período bipartidário com o extinto MDB, deixando o PDT inicialmente sem espaço, o que dificultou a sua ascensão a nível estadual. O PDS tinha o espaço da extinta ARENA, mas o partido após a abertura democrática entrou em decadência devido às cisões que ocorreram, precisando se fundir e se recriar com a fundação de outros partidos.

O PT desde o início do processo de abertura política, buscou a inserção sólida no Estado, mas conforme podemos observar no seu desempenho eleitoral, seu reduto se restringiu a região Metropolitana de Porto Alegre, sendo volátil o desempenho nas demais regiões do estado.

### **3.2 O desempenho dos governos e a Escolha Racional**

Há uma interlocução entre o apoio (desempenho eleitoral) dos partidos políticos com a economia, apesar de não ser a única variável que interfere na decisão do voto e preferencia

---

<sup>17</sup> Devemos levar em consideração que a análise consiste nas eleições à Governo do estado do Rio Grande do Sul, a nível municipal o quadro pode ter variações, as quais este estudo não abrange.

partidária<sup>18</sup>, porém esta variável influencia na decisão. Na obra “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”, Robert Putnam (2006) analisa 6 das 20 regiões que compõem a Itália, buscando compreender as origens de um governo eficaz, utilizando dados complexos e fazendo análise de vários pontos, dentre eles, a modernidade socioeconômica. A relação apresentada por Putnam é de que a qualidade de um governo democrático está intrinsecamente dependente das transformações trazidas pela modernização socioeconômica.

Essa relação é tão importante mesmo quando não são tratados de temas diretamente ligados à economia, ainda sim ela influencia nas eleições. Putnam afirma que “a riqueza diminui os estorvos, tanto públicos quanto particulares, e facilita a acomodação social. A educação faz aumentar o número de profissionais qualificados e o grau de sofisticação dos cidadãos. O crescimento econômico incrementa a classe média, baluarte da democracia estável e eficaz” (2006, p. 98), diante disso, podemos afirmar que o desempenho dos partidos no Rio Grande do Sul, no período analisado de 1982 a 2010, está relacionado diretamente ao crescimento econômico e isto implica no desempenho partidário, frente às eleições estaduais.

Com essa influência, o comportamento eleitoral pode ser submetido a alterações constantes, como podemos observar no caso do Rio Grande do Sul, apesar de existir dois partidos que conseguiram reeleições, o baixo desempenho dos governos dos partidos em exercício, influenciou nos resultados das eleições futuras citando como exemplo, o próprio caso do PMDB, que teve no comando de três gestões, mas houve intervalos entre seus mandatos, e também foram candidatos diferentes. Abaixo segue a tabela com a ordem de Governadores do Estado a partir de 1982.

Tabela 4  
Ordem de governadores - RS  
(1982-2010)

Partido	Candidato	Período de Governo
PDS	Jair Collares	1983 - 1987
PMDB	Pedro Simon	1988 - 1991
PDT	Alceu Collares	1992 - 1995
PMDB	Antônio Britto	1996 - 1999
PT	Olívio Dutra	2000 - 2003
PMDB	Germano Rigotto	2004 - 2007
PSDB	Yeda Crusius	2008 - 2010
PT	Tarso Genro	2011 - 2015

Fonte: Elaboração própria.

<sup>18</sup> Identificação partidária, participação política, voto personalizado, entre outras variáveis podem influenciar na decisão do voto.

A partir desta tabela, podemos observar as mudanças de governo no Estado do Rio Grande do Sul, podendo relacionar o comportamento eleitoral dos gaúchos nas eleições apresentadas com a teoria de Anthony Downs, Mônica de Castro apresenta que a teoria e explica que “baseia-se nos supostos de tipo micro individualismo metodológico: é possível explicar comportamentos políticos considerando que os indivíduos são racionais e agem intencionalmente, procurando antes de tudo maximizar, ou, em algumas versões da teoria, otimizar os ganhos, como os consumidores no mercado econômico” (1952 apud 1992, p.2), dessa forma, o comportamento eleitoral é vinculado a uma decisão primordial: participar ou não do processo eleitoral, podendo levar a decisão crucial em caso afirmativo da primeira decisão, a escolha de um partido e/ou candidato.

Quando o eleitor toma a decisão de participar das eleições e escolhe seu candidato, ele se baseia também na experiência passada com o partido para a escolha, nisso diversos fatores podem influenciar, porém o que observamos é de que entre vários fatores, o que mais impacta na decisão do voto é o desenvolvimento econômico. Segundo Castro,

[...] a teoria da escolha racional propõe como fator determinante a preferência partidária do eleitor. Comparando os benefícios recebidos do partido no poder com os que espera obter se algum dos partidos adversários ganhar, o eleitor faz sua escolha. A sugestão é que a preferência partidária é ideologicamente condicionada: o eleitor espera obter mais benefícios se o partido do qual mais se aproxima em termos de propostas políticas e opiniões ganhar na competição eleitoral. Supõe-se que não só os partidos, mas também os eleitores estão distribuídos de alguma maneira em *um continuum* que vai, por exemplo, do mais liberal ao mais conservador, ou da direita à esquerda. Os eleitores medem a distância entre sua própria posição ideológica e a dos partidos em competição no *continuum*; votam naquele que percebem como o mais próximo de suas próprias posições. (1992, p. 3).

Assim, a racionalidade corresponde à ligação entre os meios e fins que incide na escolha. Para essa teoria, o critério de eficiência tem a pretensão de se aplicar de forma universal, ou seja, pressupor que os indivíduos são diferentes, porém são providos de racionalidade, e quando vivenciam a mesma situação tendem a ter um comportamento semelhante, por fim tomam a mesma decisão.

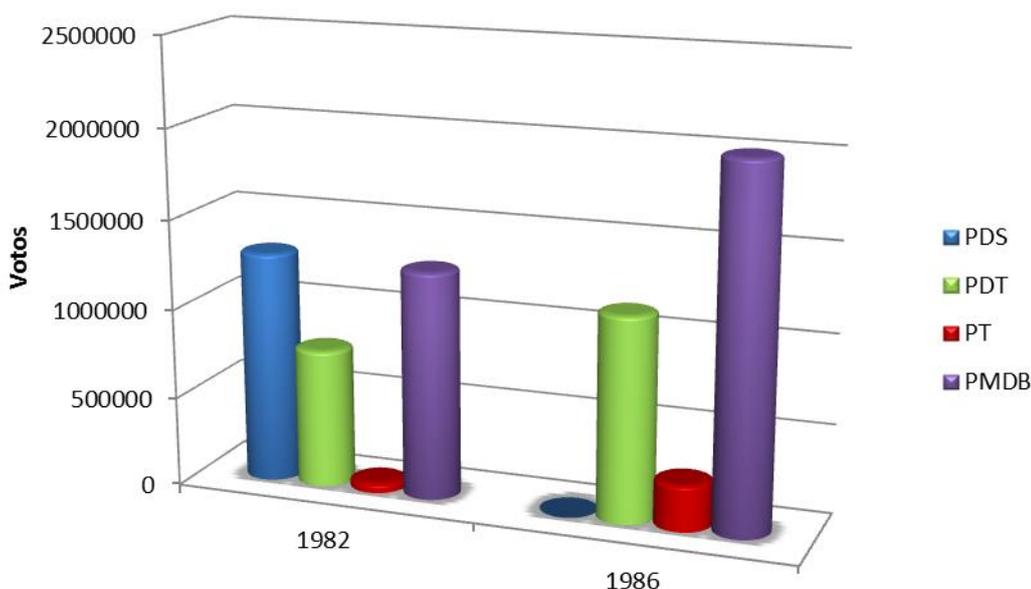
Downs aponta existe a “satisfação do auto-interesse”, explicando que “a finalidade da política, para os governantes, é a consecução de fins privativos, assim como a dos eleitores é a da maximização da *utilidade* esperada através do voto” (1952 apud Meireles, 2012, p. 55, grifo do autor), portanto o modelo proposto afirma que “os comportamentos dos governantes e o dos governados são interdependentes, e a racionalidade é garantida pela premissa de que

ambos seguem o axioma do auto interesse, e que, além disso, ambos orientam suas ações com base nos padrões de comportamento que uns veem nos outros” (Meireles, 2012, p.56).

### **3.3 Análise de conjuntura no Rio Grande do Sul**

Nossa pesquisa está dividida em três períodos onde podemos observar o predomínio de quatro partidos: até final de 1980, PDS e PMDB; até final de 1990 o PMDB e PT; e a partir de 2000, PT e PSDB. A análise de conjuntura, segundo Velaz (2000) é feita por todo político e cidadão informado, os primeiros por questões profissionais e o segundo como parte do processo de formação de juízos sobre os acontecimentos que interfiram na sua vida. Desta forma, se torna parte da rotina de um cidadão informado, mesmo que seja de forma limitada, analisar as ocorrências do dia-a-dia. A partir dos gráficos abaixo poderemos avaliar as oscilações nas eleições dos quatro principais partidos:

FIGURA 11  
Comparativo do desempenho partidário até final de 1980



Fonte: Elaboração própria.

Podemos observar a variação nos governos entre PDS e PMDB em 1982 e PMDB e PDT em 1986, com uma votação muito equilibrada, o PDS leva para segundo turno a eleição e vence com Jair Collares, porém, sem candidato próprio o partido não concorre às eleições de 1986 que tem como principais partidos o PMDB e PDT, onde com vantagem o PMDB leva para segundo turno e Pedro Simon é eleito. O principal elemento que influencia essa alteração se dá devido à queda da popularidade do PDS a partir de 1982, com dificuldades no governo e controle quanto à estabilidade financeira do Estado e o crescimento do PMDB e PDT dentro do estado.

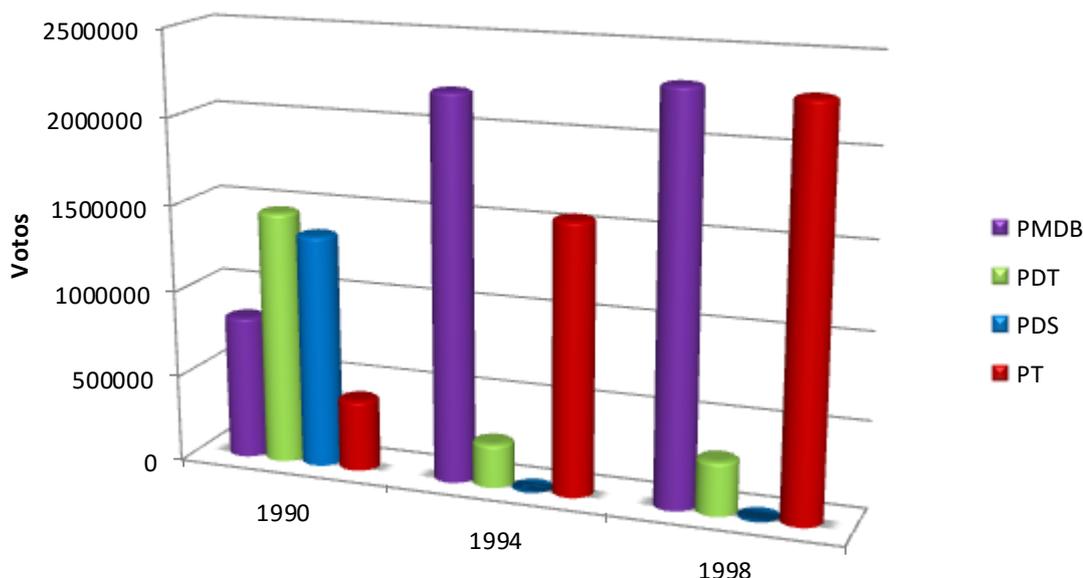
[ ] A recuperação no Rio Grande do Sul da tradição petebista *lato sensu* se manifesta como o desempenho do PMDB e do PDT nas eleições de 1982 e 1986, onde ocorre nitidamente o seguinte processo: PMDB/PDT voltam a controlar 52,0% dos municípios do Estado, enquanto a força do PMDB/PDT, que sempre foi significativa nos municípios de maior eleitorado, torna-se também dominante nos de menos 20 mil eleitores. (TRINDADE e NOLL, 1991, p. 92, grifo do autor).

Nestas duas primeiras eleições ao governo do Estado, devemos levar em consideração o fato de que os partidos estão se readequando ao novo sistema partidário, proporcionando assim uma alternância dos mesmos, mesmo assim apresenta-se de forma equilibrada entre PDS, PDT e PMDB, que mesmo o PDS estando em declínio, volta a disputar as eleições de 1990 e apresenta força diante dos adversários, após as eleições iria se fundir criando assim um

novo partido, que mais tarde não teria o mesmo prestígio suficiente para ganhar as eleições estaduais seguintes sem coligação.

FIGURA 12  
Comparativo do desempenho partidário até final de 1990<sup>19</sup>

Fonte: Elaboração própria.

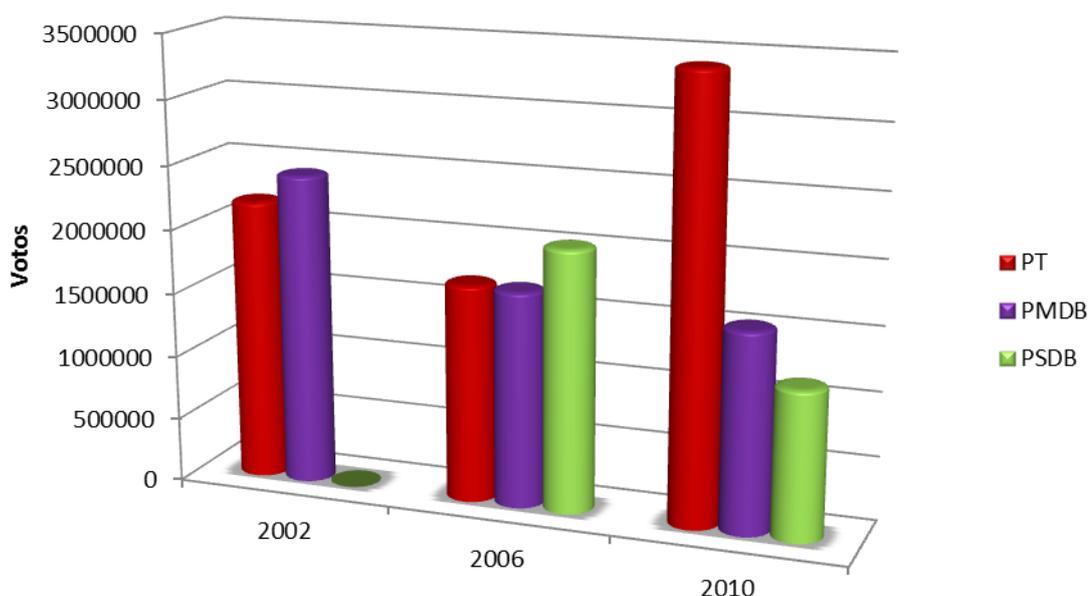


A partir de 1990 as eleições reproduz a polarização tradicional no Estado, PDS e PDT possuem votação expressiva, ficando o PMDB e PT sem muito espaço nesta eleição. O que deu força ao PDT e PDS foram suas coligações: PDS com apoio PFL, PL, PRN e o PDT apoiado pelo PSDB e PCdoB. Porém, a partir das eleições de 1994, é perceptível o grande avanço tanto do PMDB quanto do PT no estado, ficando o PDT como a “terceira força” no plano eleitoral, grande parte do declínio do PDT no estado foi à mudança de residência de Leonel Brizola para o Rio de Janeiro, onde reiniciaria sua carreira política, mesmo deixando uma herança política no estado, a mudança de Brizola para o Rio de Janeiro teve grande impacto nos redutos trabalhistas, abrindo espaço para o PMDB se infiltrar nas regiões de liderança do PDT.

<sup>19</sup> Nas eleições de 1994 o PDS já havia fundido com o PPC e cria o PPR, não contabilizamos votos para o PDS por entender que o partido não mais existia e também pelo PPR não ter tido força eleitoral em aproveitamento da base do PDS, mesmo com seu declínio a partir de 1986 no Rio Grande do Sul.

As coligações também foram importantes nas eleições de 1994, o PMDB contou com o PL e o PSDB, na eleição anterior apoiado o PDT, e o PT ampliou a sua coligação além do PCdoB, o PSB, PV, PPS e PSTU.

FIGURA 13  
Comparativo do desempenho partidário a partir de 2000



Fonte: Elaboração própria.

A partir das eleições de 2002, no Rio Grande do Sul a disputa se concentra entre PT, PMDB e PSDB, tendo por três eleições seguidas o predomínio de ambos, sem abrir margem para que outros partidos pudessem chegar a alcançar o poder no estado. Nas eleições de 2002, PMDB e PT disputam diretamente, sem candidato próprio o PSDB apoia o PMDB, que conta também com o apoio do PHS. O PT possui uma coligação mais ampla, contando com PCB, PMN e PCdoB. Nas eleições de 2006, o PSDB possui candidatura própria e consegue eleger Yeda Crusius ao governo, mas podemos perceber que a votação foi muitíssimo equilibrada entre o PMDB e PT.

Nas eleições de 2010, o PT consegue vantagem em todo o estado e abatendo tanto o PSDB, que teve um desempenho considerável na eleição anterior e se demonstrando importância na composição de coligações, quanto o PMDB que tem em sua trajetória forte presença política no Rio Grande do Sul, conseguindo boas votações em quase todas as

eleições em que participou. O PT foi uma aposta de mudança no estado, já que pouco houve de avanço econômico e os índices sociais estavam em decréscimo nos últimos anos, conseguindo eleger Tarso Genro no primeiro turno, associado também ao desempenho do partido a nível nacional, que no mesmo ano conseguiu a eleição do terceiro governo presidencial consecutivo, Luiz Inácio Lula da Silva comandou os dois primeiros governos (2003-2006/ 2007-2010), elegendo Dilma Rousseff em 2010.

Diante destes dados, fizemos correlações através Análise Conjuntural em dois aspectos: Estrutural e Institucional, conforme Velasco; Cruz (2000). A primeira se remete á análise econômica, sobre o desempenho dos governos no Rio Grande do Sul, e a segunda consiste na observação do comportamento partidário nas eleições.

A economia do Rio Grande do Sul não conseguia manter um ritmo de crescimento desde o início do século XX, período em que foi intenso o crescimento da indústria no Estado se tornando o novo foco econômico, deixando em segundo plano a agropecuária, que era a base econômica do Estado até então. Com o desenvolvimento da indústria, principalmente nas regiões noroeste, nordeste e metropolitana, invertesse a concentração da disputa política, antes nas regiões sudoeste e sudeste.

Essa mudança ocorre devido a dois fatores: a) mudança de perspectivas da população que intensifica o crescimento urbano, ano a ano, criando novas necessidades, entrando em pauta o crescimento econômico (geração de emprego, inflação, por exemplo) e necessidades sociais (planejamento urbano, moradia, saúde, educação) que possuem dependência do desempenho econômico; b) crescimento do eleitorado no Estado, como apresenta Trindade e Noll (1991) que a tendência evolutiva do PMDB, PDS e PDT a partir de 1979 se expõe da seguinte forma: em cidades com mais de 50 mil habitantes o crescimento do PMDB é de 25 cidades, com estabilidade em 10 e decréscimo em 3 cidades com este perfil de eleitorado, enquanto que o PDS não apresenta nenhum crescimento, sendo estável em apenas 2 cidades e decresce em 36 cidades. O PDT possui um crescimento de 6 cidades, estabilidade em 5 e decréscimo em 25 cidades.

Em cidades com eleitorado entre 50 e 20 mil habitantes a diferença é maior ainda, o PMDB cresce em 31 cidades, se mantém estável em 16 e decresce em apenas 6 cidades. O PDS cresce em apenas 2 cidades, não é estável em nenhuma e decresce em 51 cidades, enquanto o PDT cresce em 14 cidades, se mantém estável em 12 e decresce em 27 cidades. Cidades com menos de 20 mil eleitores, é gritante o decréscimo do PDS que chega a ser em 149 cidades, enquanto PMDB e PDT decrescem em 51 e 50 cidades respectivamente. O

Crescimento destes partidos é de 65 cidades para o PMDB, 2 cidades para o PDS e 76 cidades para o PDT, e a estabilidade é de 36, 1 e 26 cidades, respectivamente.

No total, durante período de 1979 a 1986, o PMDB cresce em 121 cidades das 243 estudadas por Trindade e Noll (1991), enquanto o PDT em apenas 96 cidades e o PDS em somente 4 cidades. O PDS perde espaço em 236 cidades, e sozinhos, o PDT e PMDB, dominam 217 cidades, ou seja, os dois partidos dominam 89,3% da preferência partidária em todo o Estado. Portanto, é visível o avanço do PMDB no estado, o forte recuo do PDT e o declínio do PDS.

O que ascendeu o PMDB no Estado neste período foi o aproveitamento do recurso econômico do Plano Cruzado, que rendeu crescimento do seu eleitorado, a aliança fracassada do PDS e PDT também facilitou esse crescimento do PMDB, porém sofre um leve enfraquecimento depois do governo de Pedro Simon, que não conseguiu manter o ritmo econômico no Estado e fez com que a margem eleitoral do partido recuasse.

### **3.4 Voto personalizado ou voto de legenda?**

Uma observação que deve ser feita é a intensidade do tipo de voto no Rio Grande do Sul, a característica apresentada nas eleições estaduais é de que o voto mais comum é de legenda, um dos fatores que podem ser usados como argumento é de que em nenhuma das eleições em que candidatos tentaram a reeleição conseguiram reeleger-se, sem contar das múltiplas tentativas de eleição, tomamos como exemplo Olívio Dutra e Tarso Genro no PT, onde ambos só conseguiram se eleger na terceira eleição disputada, Antonio Britto e Germano Rigotto disputaram duas vezes pelo PMDB, porém conseguiram se eleger na primeira disputa, na tentativa de reeleição, mas não alcançaram seus objetivos.

Podemos explicar esse comportamento com a Teoria da Escolha Racional (*Rational Choice Theory*) de Downs (1952), em que o eleitor avalia os custos do voto, apesar de nos casos acima verificar que o mesmo candidato disputou varias eleições, a busca de informações de cada candidato, onde o número de candidatos participantes e partidos em cada eleição foi crescente, consiste num alto custo na busca de informações por candidato, enquanto que é menor o custo de informações sobre o partido, utilizando então as informações sobre o partido como atalho para a escolha.

O crescimento do PT e do PMDB explica o comportamento do voto de legenda, mesmo sem conseguir nenhuma reeleição o PMDB a partir de 1982 e o PT a partir de 1990,

conseguem um aumento significativo em seu desempenho eleitoral. Apesar de haver as alternâncias de partidos no governo do estado, tanto o PT quanto o PMDB estão entre as três melhores votações, o PDT decaiu fortemente e não conseguiu se recuperar nas eleições seguintes.

Diante dos resultados é possível afirmar que a incidência de voto personalizado é menor do que em outras regiões do país, quando se apura que a predominância de poucos partidos em diferentes esferas do poder.

### 3.5 Os partidos e a geografia eleitoral

Os partidos apresentaram desempenhos diferentes nas sete mesorregiões do Rio Grande do Sul em cada eleição. O que é perceptível é que cada um dos principais partidos possuem uma região como referencia, como veremos na tabela a seguir:

TABELA 5  
Regiões de domínio dos partidos  
(1990 – 2010)

<b>Partido</b>	<b>Mesorregião/ Município Referência</b>
PT	Metropolitana de Porto Alegre/ Porto Alegre
PMDB	Nordeste/ Caxias do Sul
PDT	Sudeste / Pelotas
PSDB	Centro Oriental/ Santa Cruz do Sul

Fonte: Elaboração própria.

Em todas as eleições o PT teve grande votação na Região Metropolitana de Porto Alegre, com o passar das eleições foi crescendo em todas as regiões, mas manteve estável o seu desempenho na região de Metropolitana. O PMDB também conseguiu expandir seu eleitorado em todo o Estado, porém manteve forte apoio eleitoral na Região Nordeste, principalmente na cidade de Caxias do Sul. O PSDB mesmo tendo concorrido em duas eleições (2006 e 2010) obteve uma votação muito expressiva na eleição de 2006, conseguindo boa votação em todas as regiões em especial na cidade de Santa Cruz do Sul, na Região Centro Oriental, porém na tentativa de reeleição de Yeda Crusius em 2010, o partido se manteve estável somente nesta região, e ainda sim com ligeira queda na votação, mas nas

demais regiões do Estado, o PSDB teve expressiva queda na votação, e em muitos casos não chegou a ter a terceira melhor votação.

Podemos concluir que apesar das mudanças de partidos no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, observamos que houve crescimento significativo do PT e PMDB principalmente no interior do Estado, comparado com os demais partidos presentes no Rio Grande do Sul. O PDT perdeu muito espaço, seu melhor desempenho foi ainda durante as primeiras eleições após 1979, depois deste período o desempenho eleitoral do partido teve queda constante.

De acordo com Putnam (2006), o desempenho de um governo está ligado a vários índices, entre eles a modernização socioeconômica, fazendo um comparativo com o desempenho dos governos estaduais dos últimos 28 anos, não houve muita diferença dos índices socioeconômicos de um governo a outro, a economia gaúcha nos últimos anos tem entrado em forte crise, e outros setores como a educação com realização de greves sequenciais em que os professores reivindicam melhorias nas condições de trabalho e também pela regulamentação do piso de carreira do magistério além das deficiências de atendimento na saúde com as grandes discussões do momento onde CREMERS e Estado se digladiam em uma batalha que parece não ter fim.

Para Putnam (2006) a economia é tão importante para a modernização que interfere em índices secundários como os apontados acima. Cada governo teve o que podemos denominar de “pontos fortes” e “pontos fracos”, mas não foi o suficiente para alcançar os objetivos dos eleitores, o que justifica as alterações de partidos no governo estadual.

O desempenho dos governos reflete na decisão do voto, como tem apresentado os resultados das eleições, pois como afirma Downs em sua obra “Uma Teoria Econômica da Democracia” (1952 apud MEIRELES, 2012), os eleitores utilizam do processo histórico para tomarem a decisão e analisam os custos do voto, buscando sempre maximizar seus objetivos, através da racionalidade, que define Baert a “Racionalidade, neste contexto, significa que, ao agir e interagir, os indivíduos têm planos coerentes e tentam maximizar a satisfação de suas preferências ao mesmo tempo em que minimiza os custos envolvidos.” (1997, p. 3), assim, mesmo levando em consideração que as informações que os eleitores tenham sejam limitadas, o eleitor pode estabelecer vínculo com o desempenho do governo com seus interesses.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

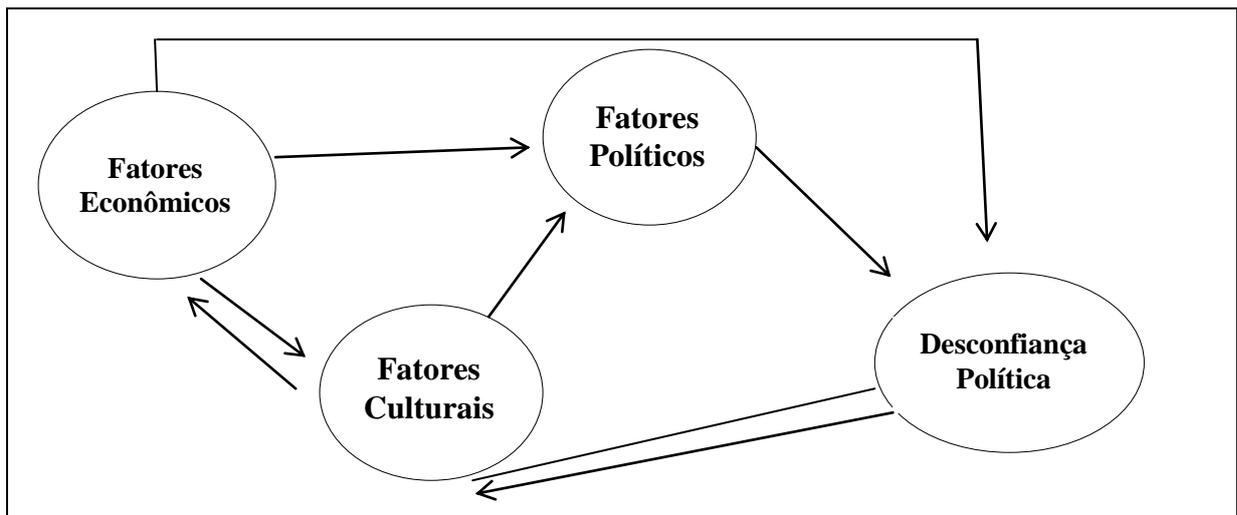
Conforme explicita Hégio Trindade sobre o sistema partidário brasileiro

A conclusão geral que se pode extrair sobre a questão partidária é de que a tendência básica dos partidos traduz-se pela coabitação de diferentes perfis partidários, articulando estruturas rígidas ou flexíveis, ideológicas ou pragmáticas, geralmente, pluriclassistas e regionalmente diferenciados, com traços mais fortes de uma máquina partidária do que de um partido de massa, o que não significa necessariamente a ausência de identidade ideológica ou de projetos políticos alternativos de conservação ou de mudança da sociedade. (1992, p.180)

Isso nos dimensiona as diferenças que pode haver nas regiões brasileiras, cada uma delas podem ter suas particularidades e desenvolver-se de uma forma diferenciada de acordo com a cultura política local, pois o comportamento eleitoral, assim como o próprio sistema partidário, também registram desempenhos distintos.

Podemos acrescentar a análise de que fatores geracionais também podem influenciar nas mudanças, uma vez que o pensamento de gerações mais novas pode ir de encontro aos pensamentos de gerações mais velhas, e a experiência ou a falta dela interferem no processo de decisão. Reforçando a forte influencia da modernização socioeconômica. Abaixo a figura ilustra como os fatores socioeconômicos influenciam nos fatores políticos.

FIGURA 1  
Modelo Causal de desconfiança.



Fonte: Baquero; Prá, 2007, p. 168.

Os fatores geracionais interferem através da mudança de pensamento e de opiniões, como afirmam Baquero e Prá (2007) tais mudanças são resultado devido ao “estabelecimento

de sociedades pós-materialistas que estão mais *preocupadas* com a qualidade de vida e defesa do meio ambiente, pois a dimensão material estaria resolvida (moradia, transporte, saúde e educação). Tais elementos estão sob a rubrica de fatores culturais.” (p. 168), assim o tripé cultura, política e economia quando não bem desenvolvidos podem gerar um movimento denominado pelos autores como “ciclo de inércia da democracia no Brasil”<sup>20</sup> o que enfraquece tanto a confiança nas instituições políticas, em especial neste caso os partidos políticos, como desestimulam a participação política e logo no processo de decisão do voto, pois a forma de se raciocinar diferencia de acordo com as perspectivas tanto da própria realidade, bem como na confiança no partido e/ou candidato.

Apesar das mudanças ocorridas no cenário político gaúcho, encontra-se ainda certa estabilidade eleitoral, outros partidos não conseguem adentrar da disputa, cabendo ressaltar que os resultados apresentados são referentes às eleições estaduais e que no nível municipal pode haver diferenças no comportamento eleitoral.

O partido que mais conseguiu manter-se no estado foi o PMDB, além de conseguir comandar três governos no Rio Grande do Sul, participou de todas as eleições desde 1982, e teve bom desempenho em todas elas. Algumas variações ocorriam de região para região, mas no geral obtinha boa votação. O PT conseguiu crescer no estado, após as eleições de 2002, o partido cresceu de forma vertiginosa, também contando com variações regionais. O PDT, a nível estadual, perdeu prestígio e mesmo com coligações não conseguiu se aproximar do desempenho que obtinha antes da instauração da ditadura de 1964.

Das sete mesorregiões estudadas, a que mais sofreu alterações na preferência partidária foi à região Noroeste, que foi a princípio voltada ao PDS até o final da década de 80, posteriormente o PMDB se apresenta mais forte na região. Atualmente, neste mesma região apresenta-se uma acentuação ao PT. A região Sudoeste antes fortemente dominada pelo PDS apresentou-se de forma estável a permanência do PSDB, ainda que não seja a região de maior apoio eleitoral.

Portanto, ainda que se tenha modificado a distribuição partidária e então o cenário político no Rio Grande do Sul, se faz presente a “peculiaridade” apresentada por diversos autores, tendo como referência Trindade e Noll (1991), entre outros trabalhos sobre a estabilidade eleitoral do estado. Sendo possível, portanto, afirmar que o sistema partidário gaúcho, de acordo com Durveger (1980) e Sartori (1982), tem como característica ser multipartidário eleitoral.

---

<sup>20</sup> Ler mais sobre participação e pós-materialismo em RIBEIRO; BORBA (2010).

Assim também afirma Baquero e Prá (2007) que apesar das alterações socioeconômicas trazidas pela década de 1930 através do desenvolvimento industrial, e da nova etapa industrial na década de 1950, pouco se alterou as condições políticas e a estrutura de poder no estado, devido ao fato de que a nova conjuntura econômica e social, reforçados pela indústria e pelo crescimento urbano, se deu por meio de uma “aliança” entre a antiga elite dominante e os setores da burguesia industrial e afins.

A ideologia empregada não corresponde mais a atual estrutura, inserindo valores de outra época que se encaixavam em determinada organicidade que se apresenta de um lado e do outro a defasagem é anulada devido a sua absorção ao sistema que se articula e rearticula conforme a necessidade, e reafirmando suas raízes, gerando aceitação da tradição e faz-se projetar até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

- BAERT, Patrick. **Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol.. 12 Nº35, 1997.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcelo (org.) et alii. **A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos: Novas Perspectivas de Análise**. Porto Alegre. UFRGS, 1997.
- BAQUERO, Marcelo. **Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002- 2006)**. Opinião Pública, Campinas, vol. 13, nº 2, p.231-259, nov., 2007.
- BERTONCELO, Edison. **A Campanha das Diretas e a democratização**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmem C. Varriale, et. alii. Vol. 1. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BOGO, Ademar (org). **Teoria da organização política: escritos políticos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>, acessado em: 13/02/14.
- CASTRO, Mônica Matta Machado de. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos políticos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. 3ºed. Brasília: UNB, 1998.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Teoria e método na análise de conjuntura**. Educação & Sociedade, ano XXI, no 72, Agosto/00.
- DURVERGE, M. *Os Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1980.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro** (13ª ed.). São Paulo: Globo, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> acessado em: 19/02/14.
- LAMOUNIER, Bolívar. (org.). **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ºed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MEIRELES, Fernando. **Teoria da escolha racional**: limites e alcances explicativos. *Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, número 22: 55-61, dezembro 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2<sup>o</sup>ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, n<sup>o</sup>1, p. 28-63, jun. 2010.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar / Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

Souza, Maria de Lourdes Campelo. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1946)**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

TERRON, Sonia. **Geografia em foco**. Em *Debate*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.8-18, mai. 2012.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL RIO GRANDE DO SUL**. Disponível em: <http://www.tre-rs.gov.br/>, acessado em: 09/02/14.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>, acessado em: 10/02/14.

TRINDADE, Hélió (org.). **Reforma Eleitoral e Representação Política – Brasil anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul**: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. 3<sup>o</sup> ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Record, 1974.

**APÊNDICES****APÊNDICE A – Eleições de 1982**

Eleições de 1982			
Partido	Legenda	Candidato	Votos
PDS	55	Jair Soares	1.294.962
PDT	12	Alceu de Deus Collares	775.546
PT	13	Olivio Oliveira Dutra	50.713
PMDB	15	Pedro Simon	1.272.319

**APÊNDICE B** – Eleições de 1986

Eleição de 1986			
Partido	Legenda	Candidato	Votos
PT	13	Clóvis Algenfritz da Silva	256.767
PMDB	15	Pedro Jorge Simon	2.009.381
PDT	12	Aldo Pinto da Silva	1.140.228
PSB	40	Fulvio Celso Petracco	254.599
PFL	25	Carlos Alberto Chiarelli	524.339

## APÊNDICE C – Eleições de 1990

Município	Região	Partido	Legenda	Candidato	Votos
Caxias do Sul	Nordeste	PMDB	15	José Fogaça	40.137
		PDT	12	Alceu Collares	36.996
		PDS	11	Nelson Marchezan	32.550
		PT	13	Tarso Genro	13.012
Passo Fundo	Noroeste	PDT	12	Alceu Collares	29.012
		PDS	11	Nelson Marchezan	19.194
		PMDB	15	José Fogaça	10.620
		PT	13	Tarso Genro	7.663
Pelotas	Sudeste	PDT	12	Alceu Collares	42.549
		PDS	11	Nelson Marchezan	38.717
		PT	13	Tarso Genro	20.106
		PMDB	15	José Fogaça	19.227
Porto Alegre	Metropolitana de Porto Alegre	PDT	12	Alceu Collares	325.282
		PDS	11	Nelson Marchezan	156.991
		PMDB	15	José Fogaça	92.289
		PT	13	Tarso Genro	82.138
Santa Cruz do Sul	Centro Oriental	PDS	11	Nelson Marchezan	20.845
		PMDB	15	José Fogaça	13.017
		PDT	12	Alceu Collares	12.732
		PT	13	Tarso Genro	4.655
Santa Maria	Centro Ocidental	PDT	12	Alceu Collares	38.438
		PDS	11	Nelson Marchezan	32.315
		PMDB	15	José Fogaça	15.045
		PT	13	Tarso Genro	14.670
Uruguaiana	Sudoeste	PDS	11	Nelson Marchezan	20.960
		PDT	12	Alceu Collares	13.926
		PMDB	15	José Fogaça	7.879
		PT	13	Tarso Genro	3.513

## APÊNDICE D – Eleições de 1994

Município	Região	Partido	Legenda	Candidato	Votos
Caxias do Sul	Nordeste	PDS	11	Celso Bernardi	9.037
		PDT	12	Sereno Chaise	6.232
		PT	13	Olivio Dutra	45.840
		PMDB	15	Antonio Britto	83.928
		PTC	36	José Luiz Gomes	811
		PRONA	56	Irapuan Teixeira	1.613
Passo Fundo	Noroeste	PDS	11	Celso Bernardi	5.723
		PDT	12	Sereno Chaise	6.680
		PT	13	Olivio Dutra	30.751
		PMDB	15	Antonio Britto	26.639
		PTC	36	José Luiz Gomes	466
		PRONA	56	Irapuan Teixeira	766
Pelotas	Sudeste	PDS	11	Celso Bernardi	13.670
		PDT	12	Sereno Chaise	4.866
		PT	13	Olivio Dutra	52.276
		PMDB	15	Antonio Britto	72.897
		PTC	36	José Luiz Gomes	848
		PRONA	56	Irapuan Teixeira	1.582
Porto Alegre	Metropolitana de Porto Alegre	PDS	11	Celso Bernardi	24.797
		PDT	12	Sereno Chaise	34.929
		PT	13	Olivio Dutra	400.524
		PMDB	15	Antonio Britto	243.211
		PTC	36	José Luiz Gomes	2.538
		PRONA	56	Irapuan Teixeira	6.315
Santa Cruz do Sul	Centro Oriental	PDS	11	Celso Bernardi	4.003
		PDT	12	Sereno Chaise	1.387
		PT	13	Olivio Dutra	13.748
		PMDB	15	Antonio Britto	27.558
		PTC	36	José Luiz Gomes	240
		PRONA	56	Irapuan Teixeira	439
Santa Maria	Centro Ocidental	PDS	11	Celso Bernardi	9.289
		PDT	12	Sereno Chaise	5.334
		PT	13	Olivio Dutra	41.818
		PMDB	15	Antonio Britto	51.194
		PTC	36	José Luiz Gomes	602

		PRONA	56	Irapuan Teixeira	1.354
Uruguaiiana	Sudoeste	PDS	11	Celso Bernardi	4.073
		PDT	12	Sereno Chaise	2.027
		PT	13	Olivio Dutra	10.571
		PMDB	15	Antonio Britto	35.498
		PTC	36	José Luiz Gomes	333
		PRONA	56	Irapuan Teixeira	686

## APÊNDICE E – Eleições de 1998

Município	Região	Partido	Legenda	Candidato	Votos
Caxias do Sul	Nordeste	PMDB	15	Antonio Britto	98.281
		PT	13	Olivio Dutra	63.367
		PDT	12	Emilia Therezinha	9.666
		PRONA	56	Luiz Carlos Olinto	1.189
		PPS	23	Luis Roberto Saraiva	587
		PRN	36	Adilson Silva	134
		PV	43	Nelson Carvalho	187
Passo Fundo	Noroeste	PMDB	15	Antonio Britto	25.914
		PT	13	Olivio Dutra	48.951
		PDT	12	Emilia Therezinha	7.452
		PRONA	56	Luiz Carlos Olinto	341
		PPS	23	Luis Roberto Saraiva	159
		PRN	36	Adilson Silva	86
		PV	43	Nelson Carvalho	53
Pelotas	Sudeste	PMDB	15	Antonio Britto	6.537
		PT	13	Olivio Dutra	88.240
		PDT	12	Emilia Therezinha	10.256
		PRONA	56	Luiz Carlos Olinto	1.390
		PPS	23	Luis Roberto Saraiva	1.678
		PRN	36	Adilson Silva	254
		PV	43	Nelson Carvalho	192
Porto Alegre	Metropolitana de Porto Alegre	PMDB	15	Antonio Britto	272.077
		PT	13	Olivio Dutra	435.914
		PDT	12	Emilia Therezinha	33.771
		PRONA	56	Luiz Carlos Olinto	6.211
		PPS	23	Luis Roberto Saraiva	1.736
		PRN	36	Adilson Silva	1.218
		PV	43	Nelson Carvalho	1.359
Santa Cruz do Sul	Centro Oriental	PMDB	15	Antonio Britto	29.907
		PT	13	Olivio Dutra	22.838
		PDT	12	Emilia Therezinha	2.666
		PRONA	56	Luiz Carlos Olinto	386
		PPS	23	Luis Roberto Saraiva	11
		PRN	36	Adilson Silva	37
		PV	43	Nelson Carvalho	30
Santa Maria	Centro	PMDB	15	Antonio Britto	42.190

	Occidental	PT	13	Olívio Dutra	68.738
		PDT	12	Emília Therezinha	8.080
		PRONA	56	Luiz Carlos Olinto	834
		PPS	23	Luis Roberto Saraiva	327
		PRN	36	Adilson Silva	124
		PV	43	Nelson Carvalho	102
Uruguaiiana	Sudoeste	PMDB	15	Antonio Britto	27.565
		PT	13	Olívio Dutra	24.582
		PDT	12	Emília Therezinha	3.936
		PRONA	56	Luiz Carlos Olinto	393
		PPS	23	Luis Roberto Saraiva	111
		PRN	36	Adilson Silva	74
		PV	43	Nelson Carvalho	32

## APÊNDICE F – Eleições de 2002

Município	Região	Partido	Legenda	Candidato	Votos
Caxias do Sul	Nordeste	PMDB	15	Germano Rigotto	132.326
		PT	13	Tarso Genro	66.721
		PPS	23	Antonio Britto Filho	5.274
		PPB	11	Celso Bernardi	4.178
		PL	22	Aroldo Medina	2.997
		PSB	40	Caleb Medeiros	1.222
		PSTU	16	Julio Flores	165
		PV	43	José Maria Vilhena	156
		PRONA	56	Luiz Carlos Martins	93
		PSC	20	Carlos Otávio Schneider	84
		PCO	29	Oscar Jorge de Souza	36
		PTN	19	Luiz Carlos Prates	16
Passo Fundo	Noroeste	PT	13	Tarso Genro	41.191
		PMDB	15	Germano Rigotto	40.669
		PPS	23	Antonio Britto Filho	6.364
		PPB	11	Celso Bernardi	4.132
		PSB	40	Caleb Medeiros	1.385
		PL	22	Aroldo Medina	685
		PSTU	16	Julio Flores	173
		PV	43	José Maria Vilhena	56
		PSC	20	Carlos Otávio Schneider	55
		PCO	29	Oscar Jorge de Souza	43
		PRONA	56	Luiz Carlos Martins	39
		PTN	19	Luiz Carlos Prates	13
Pelotas	Sudeste	PMDB	15	Germano Rigotto	74.181
		PT	13	Tarso Genro	64.036
		PPS	23	Antonio Britto Filho	22.301
		PPB	11	Celso Bernardi	10.116
		PL	22	Aroldo Medina	5.733

		PSB	40	Caleb Medeiros	3.634
		PSTU	16	Julio Flores	333
		PV	43	José Maria Vilhena	279
		PSC	20	Carlos Otávio Schneider	241
		PRONA	56	Luiz Carlos Martins	194
		PCO	29	Oscar Jorge de Souza	66
		PTN	19	Luiz Carlos Prates	39
Porto Alegre	Metropolitana de Porto Alegre	PT	13	Tarso Genro	349.678
		PMDB	15	Germano Rigotto	328.781
		PPS	23	Antonio Britto Filho	92.627
		PPB	11	Celso Bernardi	22.430
		PL	22	Aroldo Medina	22.243
		PSB	40	Caleb Medeiros	6.855
		PSTU	16	Julio Flores	2.434
		PV	43	José Maria Vilhena	2.172
		PRONA	56	Luiz Carlos Martins	962
		PSC	20	Carlos Otávio Schneider	554
		PCO	29	Oscar Jorge de Souza	267
		PTN	19	Luiz Carlos Prates	229
Santa Cruz do Sul	Centro Oriental	PMDB	15	Germano Rigotto	29.885
		PT	13	Tarso Genro	25.312
		PPS	23	Antonio Britto Filho	8.507
		PPB	11	Celso Bernardi	2.138
		PL	22	Aroldo Medina	68
		PSC	20	Carlos Otávio Schneider	58
		PSB	40	Caleb Medeiros	46
		PSTU	16	Julio Flores	39
		PV	43	José Maria Vilhena	33
		PRONA	56	Luiz Carlos Martins	20
		PCO	29	Oscar Jorge de Souza	12
		PTN	19	Luiz Carlos Prates	8

Santa Maria	Centro Occidental	PMDB	15	Germano Rigotto	61.951
		PT	13	Tarso Genro	52.557
		PPS	23	Antonio Britto Filho	12.761
		PPB	11	Celso Bernardi	7.686
		PSB	40	Caleb Medeiros	1.841
		PL	22	Aroldo Medina	1.508
		PSTU	16	Julio Flores	211
		PV	43	José Maria Vilhena	124
		PSC	20	Carlos Otávio Schneider	120
		PRONA	56	Luiz Carlos Martins	102
		PCO	29	Oscar Jorge de Souza	26
		PTN	19	Luiz Carlos Prates	14
Uruguaiiana	Sudoeste	PT	13	Tarso Genro	17.594
		PPS	23	Antonio Britto Filho	10.951
		PPB	11	Celso Bernardi	4.365
		PMDB	15	Germano Rigotto	3.297
		PL	22	Aroldo Medina	893
		PSB	40	Caleb Medeiros	802
		PV	43	José Maria Vilhena	47
		PSC	20	Carlos Otávio Schneider	37
		PSTU	16	Julio Flores	34
		PRONA	56	Luiz Carlos Martins	32
		PCO	29	Oscar Jorge de Souza	14
		PTN	19	Luiz Carlos Prates	8

## APÊNDICE G – Eleições de 2006

Município	Região	Partido	Legenda	Candidato	Votos
Caxias do Sul	Nordeste	PMDB	15	Rigotto	92.961
		PSDB	45	Yeda Crusius	63.355
		PT	13	Olivio Dutra	51.330
		PP	11	Turra	7.158
		PDT	12	Alceu Collares	4.073
		PSOL	50	Roberto Robaina	1.827
		PV	43	Edison Pereira	788
		PSB	40	Beto Grill	608
		PCO	29	Guilherme Giordano	94
		PSDC	27	Engenheiro Pedro Couto	46
Passo Fundo	Noroeste	PSDB	45	Yeda Crusius	37.900
		PT	13	Olivio Dutra	28.390
		PP	11	Turra	17.061
		PMDB	15	Rigotto	14.880
		PDT	12	Alceu Collares	2.844
		PSB	40	Beto Grill	834
		PSOL	50	Roberto Robaina	677
		PV	43	Edison Pereira	175
		PCO	29	Guilherme Giordano	31
		PSDC	27	Engenheiro Pedro Couto	8
Pelotas	Sudeste	PSDB	45	Yeda Crusius	63.691
		PMDB	15	Rigotto	52.051
		PT	13	Olivio Dutra	49.600
		PP	11	Turra	7.933
		PDT	12	Alceu Collares	5.970
		PSOL	50	Roberto Robaina	3.966
		PSB	40	Beto Grill	1.954
		PV	43	Edison Pereira	1.142
		PCO	29	Guilherme Giordano	89
		PSDC	27	Engenheiro Pedro Couto	74
Porto Alegre	Metropolitana de Porto Alegre	PT	13	Olivio Dutra	259.392
		PMDB	15	Rigotto	233.379
		PSDB	45	Yeda Crusius	209.781
		PDT	12	Alceu Collares	45.764
		PP	11	Turra	36.121

		PSOL	50	Roberto Robaina	21.870
		PV	43	Edison Pereira	9.386
		PSB	40	Beto Grill	3.434
		PCO	29	Guilherme Giordano	913
		PSDC	27	Engenheiro Pedro Couto	324
Santa Cruz do Sul	Centro Oriental	PSDB	45	Yeda Crusius	38.258
		PT	13	Olivio Dutra	17.017
		PMDB	15	Rigotto	10.229
		PP	11	Turra	2.474
		PDT	12	Alceu Collares	1.521
		PSOL	50	Roberto Robaina	577
		PSB	40	Beto Grill	334
		PV	43	Edison Pereira	195
		PCO	29	Guilherme Giordano	22
		PSDC	27	Engenheiro Pedro Couto	12
Santa Maria	Centro Ocidental	PSDB	45	Yeda Crusius	58.601
		PMDB	15	Rigotto	39.857
		PT	13	Olivio Dutra	34.941
		PP	11	Turra	7.459
		PDT	12	Alceu Collares	3.804
		PSOL	50	Roberto Robaina	2.076
		PV	43	Edison Pereira	703
		PSB	40	Beto Grill	352
		PCO	29	Guilherme Giordano	48
		PSDC	27	Engenheiro Pedro Couto	39
Urugaiana	Sudoeste	PSDB	45	Yeda Crusius	31.224
		PMDB	15	Rigotto	16.614
		PT	13	Olivio Dutra	15.440
		PP	11	Turra	2.831
		PDT	12	Alceu Collares	1.444
		PSOL	50	Roberto Robaina	422
		PV	43	Edison Pereira	176
		PSB	40	Beto Grill	127
		PCO	29	Guilherme Giordano	18
		PSDC	27	Engenheiro Pedro Couto	9

## APÊNDICE H – Eleições de 2010

Município	Região	Partido	Legenda	Candidato	Votos
Caxias do Sul	Nordeste	PT	13	Tarso Genro	121.882
		PMDB	15	José Fogaça	77.841
		PSDB	45	Yeda Crusius	34.018
		PV	43	Montserrat de Vasconcelos	3.905
		PSOL	50	Pedro Ruas	1.056
		PRP	44	Aroldo Medina	383
		PMN	33	Carlos Schneider	187
		PSTU	16	Júlio Flores	185
		PCB	21	Humberto Carvalho	62
Passo Fundo	Noroeste	PT	13	Tarso Genro	65.463
		PSDB	45	Yeda Crusius	21.514
		PMDB	15	José Fogaça	17.557
		PV	43	Montserrat de Vasconcelos	1.334
		PSOL	50	Pedro Ruas	367
		PRP	44	Aroldo Medina	337
		PSTU	16	Júlio Flores	157
		PMN	33	Carlos Schneider	46
		PCB	21	Humberto Carvalho	34
Pelotas	Sudeste	PT	13	Tarso Genro	100.279
		PMDB	15	José Fogaça	45.323
		PSDB	45	Yeda Crusius	33.367
		PV	43	Montserrat de Vasconcelos	3.891
		PSOL	50	Pedro Ruas	1.714
		PRP	44	Aroldo Medina	413
		PMN	33	Carlos Schneider	190
		PSTU	16	Julio Flores	165
		PCB	21	Humberto Carvalho	75
Porto Alegre	Metropolitana de Porto Alegre	PT	13	Tarso Genro	419.761
		PMDB	15	José Fogaça	214.686
		PSDB	45	Yeda Crusius	144.516
		PV	43	Montserrat Vasconcelos	20.821
		PSOL	50	Pedro Ruas	15.564
		PSTU	16	Julio Flores	3.091
		PRP	44	Aroldo Medina	2.677
		PMN	33	Carlos Schneider	874
		PCB	21	Humberto Carvalho	373
Santa Cruz do	Centro	PT	13	Tarso Genro	42.925

Sul	Oriental	PSDB	45	Yeda Crusius	17.391
		PMDB	15	José Fogaça	10.468
		PV	43	Montserrat Vasconcelos	1.006
		PSOL	50	Pedro Ruas	256
		PSTU	16	Julio Flores	137
		PRP	44	Aroldo Medina	107
		PMN	33	Carlos Shneider	43
		PCB	21	Humberto Carvalho	21
Santa Maria	Centro Occidental	PT	13	Tarso Genro	83.797
		PMDB	15	José Fogaça	32.070
		PSDB	45	Yeda Crusius	29.864
		PV	43	Montserrat Vasconcelos	2.487
		PSOL	50	Pedro Ruas	921
		PRP	44	Aroldo Medina	441
		PSTU	16	Julio Flores	130
		PMN	33	Carlos Schneider	78
		PCB	21	Humberto Carvalho	64
Urugaiana	Sudoeste	PT	13	Tarso Genro	37.512
		PMDB	15	José Fogaça	15.626
		PSDB	45	Yeda Crusius	12.549
		PV	13	Montserrat Vasconcelos	996
		PSOL	50	Pedro Ruas	243
		PRP	44	Aroldo Medina	142
		PSTU	16	Julio Flores	35
		PMN	33	Carlos Schneider	27
		PCB	21	Humberto Carvalho	22